



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**A FABRICAÇÃO DE UM POLÍTICO: HISTÓRIA E MEMÓRIA
DE ANTÔNIO MARIZ (SOUSA/PB, 1963-1969)**

FRANCISCA SALETE DE SOUSA

**CAJAZEIRAS - PB
2015**

FRANCISCA SALETE DE SOUSA

**A FABRICAÇÃO DE UM POLÍTICO: HISTÓRIA E MEMÓRIA
DE ANTÔNIO MARIZ (SOUSA/PB, 1963-1969)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

**CAJAZEIRAS - PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S725f Sousa, Francisca Salete de

A Fabricação de um Político: História e Memória de Antônio Mariz
(Sousa/PB, 1963 - 1969). / Francisca Salete de Sousa. - Cajazeiras:
UFCG, 2015.

69f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.

Monografia (Graduação) – UFCG.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer a todas as pessoas que estiveram sempre ao meu lado, apoiando, incentivando e acreditando que era possível realizar este trabalho.

Agradeço, primeiramente, a Jeová Deus por me dar sabedoria e nunca deixar esmorecer a minha fé!

Aos meus pais, José Coelho e Maria Salete, e irmãs, Liliane de Sousa e Luana de Sousa, pela atenção e apoio. Muito obrigada por nunca me abandonarem nos momentos de dificuldades, pois aprendi que a família é a base mais importante para o ser humano ser feliz! Sem o incentivo e apoio de vocês, talvez eu não tivesse conseguido alcançar o meu objetivo.

E de forma muito especial ao meu esposo, Francisco de Sales Silveira, pelo amor, respeito e compreensão; e a minha filha, Sophia Sanchas S. Silveira, que foi fundamental para a minha conquista. Vocês se tornaram o grande motivo para seguir sempre em frente e nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus queridos professores, que me acompanharam ao longo da graduação, o meu muito obrigada!

Aos meus amigos que estiveram comigo ao longo do curso quero agradecer e desejar sucesso nas carreiras de Historiadores!

À Baíza Faustino, Eloíza Gomes, Júnior Vieira, Maria dos Remédios, Paloma Costa e Thiago Farias, pessoas importantes que conheci na graduação e continuarão para sempre na minha vida. Guardo na minha mente e coração os melhores momentos com vocês. Agradeço o apoio e a amizade de vocês!

Ao professor Dr. Francisco Firmino Sales Neto, meu orientador, pela confiança no meu trabalho, pela paciência e os conselhos. Ao senhor, professor, tão jovem, mas de uma grandiosa competência, os meus agradecimentos!

Enfim, a cada amigo que incentivou e ajudou na realização deste trabalho, o meu profundo respeito e agradecimentos!

DEDICO

A minha família: pai, mãe, irmãs, esposo e filha. Amo vocês!

“um homem não está verdadeiramente morto a não ser quando o
último homem que ele conheceu por sua vez estiver morto”

Jorge Luís Borges

RESUMO

Esta pesquisa pretende estudar a fabricação política, história e memória de Antônio Marques da Silva Mariz (1937-1995), por meio de um levantamento histórico de sua biografia no âmbito político, quando prefeito da cidade de Sousa-PB; e analisá-lo enquanto memória social. Antônio Mariz fazia parte das famílias “Marques” e “Mariz”, que exercitavam o poder político no estado da Paraíba, a partir das quais seguiu a carreira política. Apoiando-se em escritos produzidos por seus amigos e aliados políticos, em documentos localizados no Memorial Antônio Mariz na cidade de Sousa-PB e em depoimentos orais de seus contemporâneos, desenvolvemos um estudo historiográfico sobre a trajetória política de Antônio Mariz. Objetiva-se com esta pesquisa compreender como foi construído esse mito político que se perpetua até hoje na memória social dos sousenses, assim como em toda a Paraíba; bem como, procura-se entender o contexto político e social da cidade de Sousa-PB, onde ele iniciou sua trajetória na política.

Palavras-chave: Antônio Mariz; Mito; Política.

ABSTRACT

This work aims to study the politics making, history and memory of Antonio Marques da Silva Mariz (1937-1945), through a historical survey of his biography in the political area, when mayor of Sousa-PB; and analyze it as a social memory. Antonio Mariz was part of the families "Marques" and "Mariz", which held political power in the state of Paraíba, from which followed the political career. Relying on written produced by his friends and political allies in documents located in Antonio Mariz Memorial in the city of Sousa-PB, and oral testimony of his contemporaries, we developed a historiographical study of the political career of Antonio Mariz. We aim with this research to understand how it was built this political myth that is perpetuated until nowadays in the social memory of sousenses, as well as throughout the Paraíba; also looking to understand the political and social context of the city of Sousa-PB, where he began his career in politics.

Keywords: Antônio Mariz; Myth; Politics.

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

BNH – Banco Nacional de Habitação

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Dr. – Doutor

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IPM – Inquérito Policial Militar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A TRAJETÓRIA DE UM POLÍTICO: AS VIVÊNCIAS E ATUAÇÕES DE ANTÔNIO MARIZ.....	18
1.1. A “tradicional” família Mariz: Antônio Mariz, o seu “ilustre” descendente.....	18
1.2. Antônio Marques da Silva Mariz, uma história (1937-1995).....	25
1.3. Antônio Mariz na política: às alturas que chegou!.....	29
CAPÍTULO 2 - ANTÔNIO MARIZ E OS EMBATES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES DE 1963 DA CIDADE DE SOUSA–PB.....	35
2.1. Denúncia de comunismo: o prefeito da cidade sendo preso pelos militares.....	36
2.2. Antônio Mariz e o seu trabalho operacional frente à prefeitura.....	43
CAPÍTULO 3 - DE POLÍTICO A HERÓI: ANTÔNIO MARIZ, UMA MEMÓRIA VIVA.....	48
3.1. Família e herança política.....	48
3.2. Sonho interrompido: Antônio Mariz, governador da Paraíba.....	51
3.3. Como nasceu o mito Antônio Mariz?.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
FONTES E REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

A finalidade desta pesquisa é construir um estudo biográfico acerca da atuação política de Antônio Marques da Silva Mariz (1937-1995), buscando entender como, ao longo do tempo, a sua imagem pública foi heroicizada pela população da cidade de Sousa, na Paraíba, transformando-o em um mito político.

Para compreender o contexto político e social da cidade paraibana de Sousa na década de 1960, quando Mariz esteve à frente da Prefeitura, tivemos que recorrer a fontes orais e a livros publicados por intelectuais que, mesmo não sendo historiadores, nos permitem compreender o contexto histórico da época. A cidade de Sousa foi, por muitos anos, governada pelas famílias “Gadelha” e “Oliveira”, então grandes empresários donos das usinas de algodão e detentores do poder político e econômico local. Naquele período, o algodão era a base que sustentava a economia local e muitos dos pais de famílias sobreviviam desse trabalho.

Antônio Mariz surgiu politicamente nesse contexto, com ideias que iam contra os princípios eleitorais da época, através de discursos inovadores e projetos sociais que prometiam mudanças na vida social da população sousense. Era descendente de uma aristocracia local, uma vez que suas famílias, “Marques” e “Mariz”, compunham o cenário político no estado da Paraíba. Com esses princípios de pregar uma nova forma de governo, Mariz surgiu como uma espécie de herói salvador para a população mais carente e, mais tarde, como mito para a população de Sousa em geral, resguardado até hoje na memória social em razão de sua trajetória política.

O herói político, como nos aponta José Murilo Carvalho, é um símbolo poderoso que, através de seus atos e sensibilidades, atinge a cabeça e o coração da coletividade (CARVALHO apud AIRES, 2013). Por sua vez, como explica Raoul Girardet (1987), o mito político se impõe e constitui um sistema de crença coerente e completo, que se autolegitima narrativamente. Girardet aponta a pluralidade de interpretações a cercar o próprio termo “mito”, em que cada uma das formulações feitas corresponde a certos aspectos do mito político e nenhuma dessas formulações abarca o seu conteúdo como um todo. Para o autor, portanto, o mito político é uma fabricação narrativa sobre uma dada realidade: “O mito político é fabuloso, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real” (GIRARDET, 1987, p. 13).

A historiografia vem discutindo novas perspectivas para a história política do Brasil, seja usando novas formas de documentos como a História oral, seja adotando análises diferenciadas para a Biografia, a Cinematografia, os Monumentos, entre outros. Na contramão dessa renovação historiográfica, durante todo o século XX, nos estudos produzidos pela historiografia paraibana, observa-se uma construção de mitos políticos que fizeram a história do Estado por meio de lutas e derramamento de sangue. Como aponta a autora Margarida Maria Dias de Oliveira, que fez uma reflexão sobre as velhas práticas desse modelo de historiografia oriundo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, esses estudos estavam centrados nas figuras dos chamados “heróis paraibanos”. Segundo a autora, ocorria “Uma história feita de silêncios, enormes e profundos silêncios. Confirmado pela organização dos monumentos da cidade, das referências, dos nomes das ruas... Essa é a visão da História mais difundida” (OLIVEIRA, 1998, [s.p.]).

O tema sobre a atuação política de Antônio Mariz, problematizando a construção de um mito, já foi discutido por Augusto Marques Pordeus Junior (2015) no trabalho “Antônio Mariz: o mito político na Paraíba (1990-1995), que objetivou analisar os motivos que transformaram Antônio Mariz em mito político no estado da Paraíba: através das suas ações, discursos e o seu curto período como governador do estado entre 1994 e 1995; bem como, por meio de publicações feitas por amigos e familiares que apontaram uma história linear e factual, valorizadora de seus grandes feitos. Pordeus Junior analisa fontes semelhantes a que utilizamos nesta monografia, ainda que em outro recorte espaço-temporal para essa problemática. Em comum, por exemplo, analisamos o livro “Antônio Mariz - A trajetória de um idealista”, da escritora jornalista Fátima Araújo (1996). Esse livro descreve toda a vida de Mariz: quando criança, a sua juventude, formação acadêmica, conquistas políticas e morte, naquilo que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006) chamou de uma “ilusão biográfica”, afirmando que a vida de uma pessoa está inserida num contexto muito mais complexo que nascer, crescer, envelhecer e morrer.

Adotando um novo viés historiográfico, embasada pela nova história política que relaciona o cenário político com todo o contexto social da época, a proposta dessa pesquisa ao tratar a biografia de Mariz é, portanto, problematizar esse discurso do mito político. Nessa perspectiva, Bourdieu (2006, p. 185) afirma que “o abandono da

estrutura do romance como relato linear tenha coincidido com o questionamento da visão da vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e direção”. Ao mesmo tempo, Vavy Pacheco Borges (2008) traz uma reflexão questionando os sentidos de um escritor decidido a se apropriar de uma vida que não é a sua, e sim do outro. Faz-nos pensar o quanto é profundo investigar a vida de um sujeito, encontrá-lo nos mais singelos sentimentos:

A missão do biógrafo seduziu minha imaginação: a ideia de compreender um ser humano tão completamente como uma pessoa poderia compreender outra, de afundar-me numa vida que não a minha, de ver o mundo por meio de olhos novos, de seguir alguém pela infância e por seus olhos, trilhando a variedade de seus gostos (BORGES, 2008, p. 203).

Borges trabalha com um tipo de biografia que vai desde as “grandezas” às “misérias”. Isso quer dizer a sua fecundidade, o que a biografia pode produzir em abundância diante de seus “limites” e suas restrições. A autora mostra, no seu trabalho, o conceito de biografia através de uma análise histórica:

Ao começar a me preocupar com os trabalhos sobre biografia, eu não tinha ideia de que esse termo tivesse surgido tão tarde, oriundo do grego *bios* = vida e *graphein* = escrever, inscrever, acrescido de *ia*, um formador de substantivo abstrato. No mundo antigo, o termo biografia como “relato de vidas” parece ter ocorrido pela primeira vez em Damásio, cerca de 500 d.C. Na Língua francesa, o termo aparece somente no *Dictionnaire Trévoux*, em 1721, Emile Littré, no *Dictionnaire de la langue française* (1800 – 1801), definiu: ‘Biografia: espécie de história que tem por objetivo a vida de uma só pessoa’ (BORGES, 2008, p. 204).

Com o retorno da biografia para o campo de estudos dos historiadores, na década de 1980, Vavy Pacheco Borges é categórica quando faz a seguinte análise:

[...] o que é por vezes apresentado como retorno não é a meu ver, verdadeiramente um retorno. Narrações de vidas lineares e factuais existem há tempos e creio que sempre (palavrinha terrível para se usar em História!) existirão, muitas delas com o escopo difícil de cobrir a história de uma vida ‘do berço ao túmulo’, por meio de uma cronologia ordenada na narração, uma personalidade coerente e estável; ações sem inércia e decisões sem incerteza’. Esse tipo tem tido e continuará tendo sucesso (embora tentando inutilmente abarcar toda a riqueza incomensurável de uma vida e dando uma visão

simplificada e por isso mesmo falsificada de seu biografado) (BORGES, 2008, p. 207 – 208).

Dialogando com a autora, isso mostra que a nossa responsabilidade com o retorno dessa fonte histórica é compreender que não existe construção de uma história linear, que a biografia é incapaz de captar a essência de um indivíduo e que os caminhos percorridos pelo sujeito biografado não são traçados de forma coerente. A autora traz ainda uma reflexão para a nossa realidade enfatizando a relação do historiador brasileiro com a biografia e analisando o fato de que a

[...] quase totalidade das biografias no Brasil não é encomendada ou escrita por historiadores, mas por jornalistas e outros intelectuais. Os historiadores parecem não se preocupar com essa situação, seja por considerar o grande peso da tarefa (como eu em relação a Vargas) ou por estarem presos a um esquema de publicações por demais acadêmicos [...] (BORGES, 2008, p. 212).

Isso se assemelha aos trabalhos feitos sobre a história de Antônio Mariz: todo material encontrado sobre a vida do mesmo foi produzido por jornalistas, advogados e políticos que faziam parte do seu clã.

Sendo assim, para problematizar a biografia de Antônio Mariz, além de documentos escritos, partimos para outra fonte histórica de muita importância para a nossa pesquisa: as fontes orais. Ou seja, pessoas que participaram diretamente e indiretamente de sua vida e seu tempo foram entrevistados. Podemos classificar esse trabalho biográfico da trajetória política de Antônio Mariz usando os preceitos que Vavy Pacheco (2008) afirma sobre uma “biografia dita ‘científica’ ou dita ‘literária’”: obras mais importantes, com preferência narrativa e finalidade histórica, que trabalham com documentação numerosa e variada” (p. 213), e sobre uma “biografia pura”: “aquela na qual o narrador não conheceu seu objeto de estudo e visa a dar uma imagem [mais] completa de sua existência a partir de documentos e testemunhos” (p. 213).

Penetramos na vida de Antônio Mariz através da memória social, da tradição oral familiar, fotos e objetos pessoais. Essas fontes nos revelam a sua atuação na política. Para Le Goff (1996), a memória tem a função de conservar certas informações que podem ser atualizadas e, por sua vez, representam o passado: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”

(LE GOFF, 1996, p. 426). Destarte, podemos afirmar a importância da biografia para compreendermos vários vieses de uma sociedade, como por exemplo:

Ao se ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da História se cruzam ou mesmo se confundem, quantos temas estão contidos ou próximos da biografia: a micro-história, os estudos de casos; a História oral, as histórias de vida; os trabalhos sobre vida cotidiana, sobre sensibilidade, sobre sociabilidade. Também a discussão sobre memória, sobre geração, sobre família, sobre gênero são de grande interesse para quem precisa entender uma vida individual (BORGES, 2008, p. 215).

Usamos a história do político Antônio Mariz para entendermos vários momentos do contexto político e social que o mesmo estava inserido, ou seja, “a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História” (BORGES, 2008, p. 215). Assim sendo, como se trata de um indivíduo conhecido por muitos sousenses e paraibanos, sobre o qual já foram feitos vários trabalhos, colocamo-nos diante de uma imagem já construída e exaltada e que, a partir de agora, vai ser analisada neste trabalho.

No primeiro capítulo, a proposta é trazer a biografia de um personagem vivo na memória da população, político que foi detido pela ditadura militar sob a acusação de ser comunista pelos seus adversários. Isso me imputa certa responsabilidade: primeiro, tentando não cair na armadilha de fazer uma biografia heroica de Mariz; e, a partir dele, pensar questões importantes de construção biográfica, entender pontos importantes da cidade de Sousa na década de 1960 e como essa reminiscência de um mito político ficou na memória social da cidade. O segundo motivo é caminhar na contramão de obras laudatórias feitas sobre a imagem de Antônio Mariz, como: “A trajetória de um idealista” da escritora Fátima Araújo; “O adeus a Mariz - Cadeia da solidariedade”, organizado por Moura (1995); “Paraíba nomes do século - Antônio Mariz”, de Mattos (2000) – todos da editora A União; e “Perfis Parlamentares - Antônio Mariz”, da Plenarium – pela Editora da Câmara dos Deputados.

Para compreender como se deu a construção dessa memória social, foi necessário recorrer à memória das pessoas que conviveram diretamente com o personagem Mariz. Verena Alberti (2008) analisou, em seus escritos, a História oral como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história

contemporânea, surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Segundo a autora, essas entrevistas são realizadas com indivíduos que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Cabe ao pesquisador determinar quantas e quais pessoas entrevistar, elaborar perguntas e o que fazer com o material produzido. O fascinante em trabalhar com essa metodologia da História oral é partir para o campo de pesquisa, “sair das bibliotecas” e produzir os seus próprios documentos.

Com efeito, parti para o campo da História oral em busca de pessoas que estiveram direta ou indiretamente ligadas à trajetória de vida de Antônio Mariz. Deparei-me com experiências que só vieram a enriquecer a minha pesquisa, a saber:

- o Professor e Advogado Gilmar Marques, que acompanhou de perto os embates políticos e esteve presente na administração de Mariz.

- o advogado José Job Sobrinho, conhecido como Dedé Job, teve uma forte ligação com Antônio Mariz.

- José Mariz, este pode ser chamado de guardião da memória de Antônio Mariz, pois é quem cuida zelosamente da antiga casa do prefeito, onde hoje se guardam todos os objetos, móveis, enfim, toda história do político e se tornou o “Memorial Antônio Mariz”, visitado por estudantes, curiosos, idosos, políticos etc.

Essas pessoas “substituem a história pela memória”. Os relatos orais dessas pessoas foram fundamentais para nosso segundo capítulo, no qual trataremos das condições da cidade de Sousa antes da chegada de Antônio Mariz; em seguida, das eleições de 1963, do seu primeiro passo na vida pública, dos embates políticos, do contexto social e político da cidade, da sua detenção pelos militares e do trabalho operacional frente à prefeitura de Sousa.

Além das entrevistas que realizamos, para desenvolver a segunda parte da pesquisa, fizemos uso de outro tipo de material que nos ajudou na elaboração de nosso escrito: a própria casa de Mariz que virou monumento, pois se entende que os monumentos são heranças do passado e que, na Nova História, esses monumentos são fontes históricas devido ao interesse do historiador, assim como os documentos escritos. Le Goff (1996) ressalta que o monumento tem característica de ligar-se ao poder e de se perpetuar, voluntário ou involuntário, nas sociedades históricas. Se antes na historiografia institucional de todos os países europeus encontravam-se os monumentos

em declínio e os documentos em plena ascensão, a nova historiografia informa que, de forma didática essas duas categorias, monumento/documento estão de igual valor para o historiador. Portanto, a casa em que viveu Mariz é hoje um memorial, e nos ajuda a entender alguns aspectos dessa memória que se eterniza.

No terceiro capítulo iremos analisar a fabricação do político, como Antônio Mariz se transformou nesse mito político em Sousa e até mesmo a nível estadual, através da memória social. E para entendermos a construção de um mito, buscamos no estudo do escritor francês Raoul Girardet (1987) explicações para a definição de mito político:

Para os antropólogos e os historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado (‘naquele tempo...’, ‘Era uma vez...’), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social (GIRARDET, 1987, p. 12-13).

Dentro desse contexto, vários pensadores fazem suas formulações, correspondentes a alguma das principais características do mito político, no qual todas essas manifestações mitológicas se dão a partir da produção de um discurso. O discurso tem um papel fundamental na elaboração desse mito político, pois é através dessa ferramenta que será selecionado os feitos principais. Porém,

o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos senão em consequências de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que sempre se arrisca a traí-lo ou dele dar apenas uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e de sua complexidade (GIRARDET, 1987, p. 14).

Nesse sentido, seria impossível explicar de forma precisa e sem falha a complexidade de um ser que para o homem comum se torna inatingível, é ilimitado à “análise mítica”. Portanto, de uma forma geral, não procuramos desconstruir a história do político Antônio Mariz, mas pensar como foram construídos esses caminhos que resumem a história local ou regional na mitificação de um sujeito. Nessa parte da pesquisa, enfim, abordaremos um elemento que foi fundamental para a fabricação do político Antônio Mariz: a família, juntamente com os seus aliados políticos, formulando discursos que representavam a imagem de Antônio Mariz como verdadeiro herói.

CAPÍTULO 01

A TRAJETÓRIA DE UM POLÍTICO: AS VIVÊNCIAS E ATUAÇÕES DE ANTÔNIO MARIZ

A biografia pode ser comparada a um livro em que um estranho faz seus rabiscos. Depois que morremos, nossa história passa às mãos de desconhecidos. O biógrafo não se vê como alguém que toma essa vida emprestada. Mas como seu novo proprietário, com o direito de escrever e sublinhar onde quiser.

Janete Malcolm¹

Este primeiro capítulo aponta para a produção da vida pública de Antônio Marques da Silva Mariz, analisando como o mesmo desenvolveu a sua aptidão para a política e levando em conta o seu lugar social. Os autores que trabalham a nova história, a exemplo da retomada da biografia, irão nos ajudar a enxergar o caminho percorrido por esse político. Além disso, serão analisadas obras produzidas por autores que não têm formação acadêmica em História, mas que nos ajudaram a interpretar a vida e atuação política de Mariz. Identificaremos, pois, como os seus correligionários e familiares respaldaram de forma positiva essa construção política, no qual Mariz virou o astro maior para a população sousense até hoje.

1.1. A “tradicional” família Mariz: Antônio Mariz, o seu “ilustre” descendente

O sobrenome Mariz foi herança por parte da bisavó de Antônio, a senhora Maria da Conceição Gomes Mariz, filha de português, que morava na cidade de Olinda (Pernambuco); bem como, Mariz é nome de uma cidade da Itália. Todos os descendentes herdaram o sobrenome Mariz, tornando-se uma tradicional família

¹ Em: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 137.

inserida no cerne político paraibano. E o sobrenome Marques vem da descendência do Padre José Antônio Marques Guimarães.



FIGURA 01: Brasão da família Mariz
 Fonte: <http://www.heraldica.genealogias.org/gn_brasoes4.html>.
 Acesso em: 20/11/2014.



FIGURA 02: Brasão da família Marques
 Fonte: <<http://afamiliamarques.xpg.uol.com.br/obrasao.html>>.
 Acesso em: 20/11/2014.

Antônio Mariz é nascido de família paraibana e pernambucana, de uma linhagem política abastada e influente em todo o território paraibano. Entrou para a vida pública ainda muito jovem, já demonstrando aptidão pela política ainda quando estudante universitário, quando participou de forma efetiva nas campanhas de grêmios estudantis. O seu primeiro passo para entrar efetivamente para a política foi quando se candidatou para prefeito de Sousa e ganhou as eleições no ano de 1963, governando a cidade até o ano de 1969, quando tinha 26 anos.

O padre Antônio Marques da Silva Guimarães (1806-1888) era seu bisavô. Uma figura lendária na história religiosa e política de Sousa. Primeiro prefeito de Sousa em 1854, foi amasiado e teve 14 filhos com Maria da Conceição Gomes Mariz, sem abandonar a batina. Foi também deputado estadual no Império e construiu a antiga Igreja da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

Dr. Antônio Marques da Silva Mariz (1885/1927) era o seu avô paterno, que foi deputado estadual constituinte da República na legislação de 1891-1894 e posteriormente eleito para o Parlamento Federal. Voltou a ser deputado estadual na

décima legislatura, 1924-1926. Foi casado duas vezes: a sua primeira esposa chamava-se Carolina Leopoldina Mariz, com quem teve três filhos; e a segunda chamava-se Emília Marques da Silva Mariz que, inclusive, era sua sobrinha, tendo seis filhos.

Dr. José Marques da Silva Mariz era o seu pai, conhecido em todo estado da Paraíba. Foi Secretário do Interior e Instrução Pública. Substituiu o Interventor Federal Gratuliano da Costa Brito na direção do Estado, em 26 de dezembro de 1934, tendo em vista o mesmo ter solicitado exoneração para exercer o mandato de deputado federal.

Argemiro de Figueiredo, sucessor de Gratuliano Brito, nomeou o Dr. José Mariz para Secretário do Interior da Justiça e este teve a oportunidade de ocupar o Governo da Paraíba, por motivo de viagem do titular ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos pertencentes à administração pública. Era casado com dona Noemi Holanda e tiveram dois filhos: Antônio Marques da Silva Mariz e José Marques da Silva Mariz.²

Antonio Mariz era, pois, o filho mais velho do advogado e político de Sousa José Marques da Silva Mariz. Recebeu de batismo o nome de Antônio Marques da Silva Mariz em homenagem ao avô paterno.

Foi necessário fazer essa ordem cronológica para que os fatos estejam ordenadamente organizados, de forma que o leitor possa compreender os principais personagens políticos da família que precederam Antônio Mariz, e que estiveram intimamente ligados à política local e nacional.

Mariz nasceu em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, em 5 de dezembro de 1937. É o protagonista deste trabalho de pesquisa, no qual pretende-se abordar uma análise de sua imagem pública quanto prefeito de Sousa e a representação de sua imagem para a população sousense.

² Informações retiradas de documentos que ficam expostos na antiga casa do Prefeito Antônio Marques da Silva Mariz, hoje “Memorial Antônio Mariz” na Rua Dr. José Mariz, Centro, Sousa-Paraíba.



FIGURA 03: Antônio Mariz. Fonte: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20150912102136&cat=politica&keys=2o-anos-homenagem-antonio-mariz-tera-sessoes-mppb-assembleia-senado>>. Acesso em: 13/09/2015.

A sua família foi morar em Catolé do Rocha-PB por causa da perseguição política na interventoria de Ruy Carneiro, em 16 de agosto de 1940. Ao chegar à cidade de Catolé do Rocha, Mariz contava com quatro anos de idade. Sua mãe, dona Noemi Holanda, encontrou dificuldade para matriculá-lo na única escola da cidade, pois ele tinha menos de cinco anos de idade. Foi em uma escola dirigida por freiras alemãs que Mariz começou a sua vida estudantil, sendo o primeiro aluno do sexo masculino daquela escola.

A sua família permaneceu na cidade de Catolé do Rocha até meados de 1947, quando retornaram a morar na capital João Pessoa e Mariz concluiu o ginásio no Colégio Pio X. Segundo sua mãe, dona Noemi Holanda, em entrevista concedida à autora Fátima Araújo (1996), o seu filho era um aluno aplicado e dedicado aos estudos e para cursar o Ensino Médio Mariz foi matriculado no Liceu Paraibano. Dona Noemi Holanda, ficou viúva no ano de 1953, pois José Marques Silva Mariz morreu vítima de uma nefrite aguda.³ Mariz tinha 16 anos e o seu irmão José tinha 15 anos.

³ Nefrite, também chamada nefroflegmasia, consiste na inflamação dos rins, responsável por metade dos problemas renais. Fonte:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Nefrite>>. Acesso em: 15/06/2014.

Dona Noemi Holanda, sozinha, enfrentou a criação e educação dos filhos. Segundo informações da própria família, a senhora Holanda passou por muitas dificuldades para levar adiante a educação dos filhos. Por isso, sua irmã, a senhora Irene de Holanda Tavares, que era madrinha de Antônio Mariz e casada com o general João Tavares de Mello, o convidou para morar no Rio de Janeiro para dar continuidade aos estudos.

Segundo depoimentos sobre Antônio Mariz, ele seria um aluno dedicado e estudioso. Inclusive, o seu pai tinha um enorme desejo que se formasse em medicina, assim como seu avô, o Dr. Silva Mariz, de quem herdou o nome. Foi criado no catolicismo, pois toda família era fervorosamente praticante (o seu bisavô José Antônio Marques da Silva Guimarães era padre). Antônio Mariz viveu sua infância influenciada pela política e, sendo assim, não demorou muito para seguir os passos da sua família aristocrática.

Ao esboçar a árvore genealógica da família de Antônio Mariz, no livro de Fátima Araújo (1996) e nas informações encontradas no “Memorial Antônio Mariz”, observa-se um caminho traçado com certa linearidade e de forma coerente, uma vida que até aquele momento deu apenas resultados bem-sucedidos. Porém, indo na contramão dessa coerência, a autora Verena Alberti (2004) diz que “se quiséssemos fazer um filme reproduzindo passo a passo a nossa vida, tal qual ela foi, sem deixar de lado os detalhes, gastaríamos ainda uma vida inteira para assisti-lo: repetir-se-iam, na tela, os anos, os dias, as horas de nossa vida, ou seja, é impossível assistir ao que se passou, seguindo a continuidade do vivido, dos eventos e das emoções” (ALBERTI, 2004, p. 13).

Por isso, é importante saber que, se tratando de uma narrativa escrita, essa forma de reunião de todos os fatos é impossível. Também se torna impossível contar o que seria importante para a construção da imagem de Antônio Mariz. É preciso ter o poder de selecionar acontecimentos, conjunturas e modos de viver para poder conhecer e explicar o que aconteceu.

Para fazer algumas construções do passado de Antônio Mariz, foi necessário recorrer à História oral, a pessoas que participaram de forma direta e indiretamente de sua vida. Como José Mariz relatando que Antônio Mariz só passou a morar na cidade de Sousa depois de prefeito, mas conhecia bem a cidade e as pessoas, porque costumava

passar as férias escolares na casa de seus avós, criando laços de amizade com a população que um dia o votariam para prefeito.

Ao entrevistar as pessoas, sabendo que as mesmas detinham informações sobre a vida de Antônio Mariz, dava-nos a certeza de que os entrevistados, mesmo tentando refazer a trajetória de Mariz, não iriam trazer toda a sua história de volta. Ao contrário, selecionariam experiências que dariam um colorido ao passado com um valor que, para nós pesquisadores, se mostra caro. Como Verena Alberti ((ALBERTI, 2004, p. 14).) argumenta:

Mas há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.

Quando ouvi as pessoas falando da trajetória de vida de Mariz, tive a sensação de ouvir a história sendo contada de forma contínua, do seu nascimento, a mudança de endereço, seus estudos, a formatura em Direito, os concursos que passara em 1º lugar, o seu casamento com a senhora Mabel Dantas, a chegada das filhas, prefeito e assim até sua morte... todas essas narrativas recheadas com ingredientes pessoais: as emoções.

Até o momento de Antônio Mariz deixar a sua casa em João Pessoa e morar no Rio de Janeiro, a convite de sua tia e madrinha, a senhora Irene de Holanda Tavares, aconteceram fatos que não foram expressos por autores que trabalham a história de Mariz: as dificuldades de Dona Noemi para cuidar e educar os dois filhos, até mesmo sobressaltos financeiros.

Esse convite de sua tia seria irrecusável pelo seu desejo de se tornar advogado e não cursar faculdade de medicina, como seu pai gostaria, para que ele seguisse os passos de seu avô paterno, médico e dentista prático. Na década de 1950, o Rio de Janeiro ainda como capital da República; tinha muito mais riqueza econômica que a Paraíba, ainda modesta; contava com poucas regularidades, como energia elétrica e água. O Rio de Janeiro já demonstrava ser uma metrópole acelerada, com boas universidades, livrarias, teatros e uma gama de jovens intelectuais.

Depois disso, Mariz entrou para a Faculdade Nacional de Direito e foi eleito secretário do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Lá, Mariz viveu sua juventude em meio a estudantes que cultuavam a atração pelas letras, política e cultura.

Segundo depoimentos de amigos e familiares sobre Antônio Mariz, ele seria uma pessoa

que esteve atento aos problemas nacionais e internacionais, fez leituras de porte nas áreas de Sociologia e Ciência Política, deu os primeiros passos no sentido de firmar a ideologia que o caracterizaria mais tarde. Participou, ativamente, de todas as campanhas arquitetadas pelos estudantes da época, sempre atuando acostado aos conhecimentos e ideias políticas (ARAÚJO, 1996, p. 19-20).

Ao analisar esses depoimentos extraídos de publicações feitas por pessoas próximas de Mariz, tais documentos acabam construindo a imagem perfeita de um homem predestinado, que no futuro tornou-se prefeito de Sousa, deputado federal, senador e governador da Paraíba.

Esse período em que estava no Rio de Janeiro cursando a faculdade de Direito, Mariz teve contato com outros tipos de cultura, mas ainda viveu o tempo no qual o Brasil possuía, exclusivamente, uma política marcada por oligarquias e elites.

Para esse jovem de apenas 18 anos, a oportunidade de estudar no Rio de Janeiro abriu outras portas que possibilitaram a Mariz idealizar uma vida bem-sucedida na área do Direito e da política.

Aos olhos de seus familiares, o Rio de Janeiro ainda tinha pouco a oferecer ao jovem. Por isso, planejaram sua ida para Europa através de um plano político de Juscelino Kubitschek, no qual a intenção do presidente era incentivar a propagação de estudantes brasileiros na Europa. Então, Mariz foi morar na França, onde estudou Ciência Política na Universidade de Nancy. Ainda viajou para diversos países europeus, e com essa oportunidade obteve um vasto conhecimento cultural, conhecimento de uma política moderna e diferenciada. Portanto, Mariz passou um ano morando na Europa e retornou para o Brasil no ano de 1957, trazendo consigo uma bagagem cheia de conhecimentos científicos, experiências vividas no campo da ciência política e cultural dos países da Europa. Só então terminou o curso de bacharelado em Direito, em 1960.

1.2 Antônio Marques da Silva Mariz, uma história (1937-1995)

Ao longo de mais ou menos 2 mil anos, autores viram a biografia em oposição ou distintamente da história (chamando-a de ‘gênero compósito’, ‘híbrido’, ‘controverso’, ‘problemático’, ‘gênero menor’ e mesmo ‘uma tarefa impossível’ ou uma ‘*terra incognita*’), por diferentes razões nos diferentes momentos, num percurso entre ciência e arte’. Os problemas de interpretação de uma vida são riquíssimos, pois nos defrontam com tudo o que constitui nossa própria vida e a dos que nos cercam (BORGES, 2004, p. 283).

Escrever um pouco sobre a história de Antônio Marques da Silva Mariz, especialmente a quem poderia chamar de um homem público, conhecido em todo o estado da Paraíba e a nível nacional, leva-nos a fazer uma reflexão sobre o significado da trajetória de uma vida que interessa a muitos sousenses.

Para nos ajudar a entender o significado de uma biografia, a autora Vavy Pacheco Borges (2004, p. 284) diz que: “a biografia é vista como parte da história, pois no mundo anglo-saxão a biografia teve sempre uma aceitação maior pela história”.

Muitos escritores narram histórias de pessoas públicas, homens que fizeram parte de uma construção de memória significativa para a edificação de uma nação; ou até mesmo aqueles que fazem suas autobiografias. De acordo com os estudos de Vavy Pacheco Borges (2004), as causas do interesse atual pela biografia podem ser agregadas em dois eixos conectados: o primeiro eixo diz respeito aos movimentos da sociedade e o segundo se refere ao conhecimento histórico, por meio das influências interdisciplinares.

Portanto, nesse primeiro eixo, Borges (2004) aponta que, logo após a Primeira Guerra Mundial, o indivíduo passou a ter o seu espaço na sociedade e cada vez mais o homem se detém a si mesmo. Outra ferramenta que a autora cita é a mídia, que desperta uma enorme curiosidade sobre a vida dos outros. No segundo eixo, em especial, a autora relembra as mudanças na forma de se escrever a história, provenientes das crises dos grandes paradigmas (marxismo e estruturalismo).

A biografia desperta curiosidade sobre determinada pessoa que está sendo biografada, os seus feitos, o que essa pessoa fez que induz outra pessoa a escrever sobre ela, a partir de que essa se perpetua. É como diz Jorge Luís Borges: “um homem não

está verdadeiramente morto a não ser quando o último homem que ele conheceu por sua vez estiver morto” (BORGES, J. L. *apud* BORGES, V. P., 2004, p. 291).

A história de Antônio Mariz continua viva e cristalizada na memória das pessoas. Assim nos apontam os depoimentos feitos por homens que conheceram Mariz e mostram esse interesse de consagrá-lo postumamente. João Manoel de Carvalho afirma:

Será muito difícil que a Paraíba consiga reviver a têmpera, o carisma, o espírito público, o sentimento nacional, o reformismo social intrínseco nos seus gestos e na sua formação política, tudo isso que fez moldar a personalidade do governador Antônio Mariz e o fez consagrar-se como uma das mais discutidas lideranças que a Paraíba e o Nordeste já produziram, nos últimos decênios. Antônio Mariz foi sempre ímpar. Soube impor um estilo, uma conceituação do apreço e do respeito público, que o acompanhou, durante toda a sua vida pública e que ele conduziu, íntegro e intacto, à sepultura (**O Norte**, 17/09/95 *apud* ARAÚJO, 1996, p. 79).

Por esse discurso de João Manoel de Carvalho, pode-se analisar que Antônio Mariz teve uma contribuição fundamental na política local, quando prefeito de Sousa pelo PTB, deputado federal pela ARENA, senador pelo PMDB e governador do estado da Paraíba, novamente pelo PMDB. Ainda fazendo uma reflexão desse discurso, assim como da obra de Fátima Araújo (1996), compreende-se que Antônio Mariz está inserido em um processo comum na historiografia paraibana que é legitimar a história desses grandes homens públicos ditos “heróis do povo”. Heróis porque teriam vindo salvar a sociedade oprimida, presa às velhas práticas administrativas de políticos. A edificação desses personagens é vista no decorrer das narrativas históricas feitas para elucidar as lideranças do Brasil.

Sobre a ideia de escrever a história de um indivíduo, segundo uma tradição biográfica em que o personagem se apresenta como uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incerteza, é totalmente rejeitada, como afirma Pierre Bourdieu (2006) ao falar da “ilusão biográfica”, quando da necessidade de fazer uma construção do contexto social em que o indivíduo está inserido. Essa ilusão acontece quando achamos que a vida de um sujeito é traçada por coerência e linearidade, esquecemos o aprofundamento de que a vida faz parte de dimensões maiores, de dúvidas, de incertezas, de altos e baixos e também de desafios. Assim

sendo, para entendermos o contexto social da vida em estudo e fugirmos de uma ilusória vida teleológica, precisamos refletir sobre o Brasil e a Paraíba a partir dos anos de 1930.

O dinamismo da década de 1930, quando inicia o percurso biográfico de nosso interesse, ocasionou importante desenlace, tanto no âmbito nacional quanto paraibano. A nível nacional, podemos citar alguns fatores substanciais para balizar o início da década de 1930, como a industrialização proveniente da Primeira Guerra Mundial, a organização da classe operária, a mobilização dos setores médios com o tenentismo e o novo comportamento da cultura com o modernismo, elementos que propiciaram a chamada Revolução de 1930.

No âmbito estadual, a Paraíba estava como um “caldeirão político fervente”, pois o estado tinha desenvolvido lideranças políticas que se perpetuaram até a administração de João Pessoa. Para no ajudar a compreender esse momento de êxtase na política estadual e nacional, buscamos textos que trouxessem de forma geral o panorama da época. Portanto, em “História da Paraíba em Fascículos – Do Governo João Pessoa à Revolução de 30” é ressaltado que:

Durante o Governo Pessoa, as contradições da sociedade paraibana acentuaram-se tanto a nível estadual quanto regional e nacional. Em termos estaduais, a classe média e as oligarquias dissidentes, representadas pelo chamado Grande Presidente, entraram em choques com a velha oligarquia epítacista. No campo regional, a nova organização do espaço paraibano proposto por João Pessoa colidiu com a supremacia regional do porto de Recife (História da Paraíba em Fascículos – Do governo João Pessoa à Revolução de 30).

João Pessoa é indicado para Governador da Paraíba, em 1928, pelo seu tio Epitácio Pessoa, trazendo muitas mágoas políticas e desencadeando confrontos entre as oligarquias locais. João Pessoa, ao assumir o governo do estado no ano de 1928, encontrou a economia paraibana fragilizada e procurou agir no espaço econômico, intervindo nas relações comerciais com outros estados e, com isso, fortalecendo as fiscalizações de produtos que entravam e saíam da Paraíba. Por essa razão, os adversários de João Pessoa passaram a chamá-lo pejorativamente de “João Porteira”. Em 1929, João Pessoa rompeu com o governo federal de Júlio Prestes e passou a apoiar o candidato à presidência Getúlio Vargas, vindo a ser candidato a vice do gaúcho Vargas e formando a Aliança Liberal. Com essa decisão tomada por João Pessoa, a

Paraíba sofreu com a intervenção do Governo Federal na política local, pois “O Governo Federal reagiu, submetendo a Paraíba a severa pressão. Dívidas do Banco do Brasil foram cobradas, e serviços públicos, em pontes e ferrovias, iniciados pelo Estado, [foram] suspensos”. Com essas ações por parte do Governo Federal, a Paraíba sofreu com a falta do incentivo federal e cada vez mais a população ficou diante de interesses particulares dos políticos (História da Paraíba em Fascículos – Do governo João Pessoa à Revolução de 30).

No contexto geral, João Pessoa foi assassinado no dia 26 de julho de 1930, em uma confeitaria do Recife, tornando-se um dos principais estopins para a eclosão da chamada Revolução de 1930, em que se uniram os estados da Paraíba, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais contra a sucessão presidencial arquitetada pelo então presidente Washington Luís.

Buscamos traçar esse cenário geral da história política da Paraíba para situar o contexto em que Antônio Mariz nasceu e cresceu, em um período tumultuado, repleto de conflitos políticos de norte a sul do país.

Utilizando as técnicas da biografia, Giovanni Levi (2006) afirma que a “biografia conserva sua especificidade”, por exemplo, o meio social, que é fator de caracterização e explicação da trajetória do protagonista. Em seguida, temos o contexto que “serve para preencher as lacunas por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado” (LEVI, 2006, p. 176). Com isso, o autor aconselha fazer uma “construção biográfica”. Faz-se necessário ampliar o número de pessoas e de movimentos com os quais o personagem entrou em contato, reconstituir em torno dele o seu meio.

Na análise do texto de Giovanni Levi (2006), que nos serviu como uma importante ferramenta teórica, há vários tipos de orientação para a construção de uma biografia, que representam novas possibilidades para os que procuram utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico, levando assim à substituição da tradicional forma de narrativa linear e factual.

Com esses fundamentos de problematizar a biografia de Antônio Mariz, não descartamos o que foi anteriormente publicado sobre a sua vida, como o trabalho da escritora e jornalista Fátima Araújo (1996) que, segundo o próprio livro, apresenta a história de Antônio Mariz marcada por uma narração “linear e factual”. Entretanto,

ressalto a importância do estudo da autora como fonte para a construção deste trabalho. Lembrando a fala dos autores que tratam sobre biografia, a vida não é uma trajetória linear. Porém, ao fazer uma reflexão se tratando da vida de um ser humano, torna-se impossível que este tenha uma vida traçada sem perdas e ganhos; uma vida marcada apenas pela positividade, por conquistas; uma trajetória de nascer, crescer, conquistar sua glória e morrer.

1.3. Antônio Mariz na política: às alturas que chegou!

Depois de concluído o curso de Direito, Mariz retornou para a Paraíba para rever os familiares e dar início à atuação como advogado. Inscreveu-se no concurso para promotoria no vizinho estado do Rio Grande do Norte, conseguindo a aprovação em primeiro lugar. A sua atuação foi na comarca da cidade de Martins, interior do estado. Com aspirações políticas e vontade de estar perto da Paraíba, Mariz fez o concurso para promotor público em 1962, classificando-se em primeiro, desta vez, para a cidade de Anthenor Navarro (atual São João do Rio do Peixe), próximo à Sousa.

No ano seguinte, em 1963, fato muito destacado na vida de Antônio Mariz foi o casamento com Mabel Dantas Mariz, que tinha 19 anos, filha de Jacinto Dantas e Mabel Santos Dantas. Com base nas pesquisas realizadas, o casamento ocorreu na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa (ARAÚJO, 1996).

Como homem público, Mariz já apresentava interesses de se tornar político. Mabel Dantas, sua esposa, o apoiava nessas decisões, e mesmo sendo um casal de pensamentos modernos, apresentavam uma tradição familiar em que a mulher era do lar e voltada para a criação dos filhos. Da união do casal nasceram as filhas Adriana Dantas Mariz e Luciana Dantas Mariz.

Segundo Inaldo Leitão (2006), antes da chegada de Mariz na política de Sousa, o grupo Gadelha, comandado pelos irmãos Zabilo (André Avelino), José e Clotário, comandava a cidade, na qual os prefeitos eram escolhidos pela poderosa família de usineiros e se revezavam havia trinta anos no poder. No ano de 1963, aos 25 anos de idade, Mariz candidatou-se ao cargo de prefeito da cidade de Sousa pelo PTB, comandado pelo ex-deputado estadual Manuel Gonçalves, contra o candidato do PSD, o médico Laércio Pires.

Não seria fácil para Mariz a disputa para prefeito de Sousa, pois era taxado pela oposição como forasteiro e desconhecido, porque nascera na capital João Pessoa. Mariz, por sua vez, trazia consigo a trajetória política familiar da qual fazia parte e já possuía um legado no estado da Paraíba, incentivando a sua candidatura. Durante a sua campanha, mostrou que não era apenas um figurante. Em seus discursos inovadores, elencou uma série de problemas que maltratavam a população sousense:

Contra o atraso nas relações de trabalho, defendeu a anotação na então desconhecida Carteira de Trabalho e o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores ‘explorados pelos carcarás da usina’, como se referia aos irmãos Gadelha. Pregou a necessidade da reforma agrária na linha das reformas de base do presidente João Goulart. Assumiu o compromisso público de prestar contas de cada centavo que entrasse e saísse dos cofres da prefeitura (LISBOA, 2006, p. 13).

Usando uma arma forte que eram seus discursos, atraiu muita gente excluída pelo grupo situacionista. Terminado o pleito, Antônio Mariz venceu as eleições com a diferença de dez votos. Porém, o grupo Gadelha, inconformado com a derrota nas eleições, requereu a recontagem dos votos e, com isso, a diferença caiu para sete. Observa-se o quanto as eleições eram acirradas e, se comparado com o que temos hoje, ocorria com poucos recursos e era uma campanha “corpo-a-corpo”, “olho no olho”, “aperto de mão”. Comícios eram realizados todos os dias. As pessoas que participaram efetivamente daquela época ressaltam a fidelidade do eleitorado, seja para o grupo Gadelha ou para o grupo Mariz.

Outro fato que marcou a vida desse político foi o golpe militar de 1964, quando foi acusado de comunista pela oposição, em virtude de ter escrito telegramas se solidarizando com o presidente deposto João Goulart, diante do golpe civil-militar (LISBOA, 2006). Isso o levou ao afastamento do cargo de prefeito, tendo sido preso e submetido a um Inquérito Policial-Militar (IPM). Quem assumiu foi o vice-prefeito Geraldo Sarmiento, da UDN. Contudo, não demorou muito e o titular do cargo de prefeito voltou a comandar o município, pois as denúncias contra Mariz teriam sido produzidas por interesses políticos.

Ao término de sua administração, Mariz preparou o médico Clarence Pires de Sá (PSD) para se candidatar a prefeito de Sousa; e na oposição o médico Marcondes

Gadelha (MDB). Clarence Pires venceu as eleições, em 1969, mostrando a eficácia do apoio de Mariz.

Após a sucessão municipal, a carreira política de Antônio Mariz não terminou, alcançando novos voos a nível estadual, sendo nomeado Secretário de Educação do governo João Agripino (1969-1970). Como secretário criou as universidades de Patos, Cajazeiras e Guarabira, ampliou a rede estadual de ensino para diversas áreas do estado e implantou um programa de bolsas de estudo para estudantes carentes. Depois de Secretário de Educação, candidatou-se a deputado federal pelo partido ARENA, sendo eleito com 59.434 votos e sendo reeleito para o mesmo cargo em 1974, 1978 e 1986.

Um ponto que chama atenção na pesquisa da vida política de Antônio Mariz é a relação com a ARENA, partido vinculado aos militares, nos anos em que o Brasil estava imerso no obscuro limite da democracia, quando quem se posicionava contra os princípios do regime militar era preso e torturado. Segundo o que apontam seus amigos, Mariz apresentava ideologias como político liberal e moderno:

Insurgiu-se contra o famigerado Decreto-Lei nº 477 e jamais se afastou da defesa da restauração da ordem democrática e das liberdades públicas. Apoiou a CPI que investigaria a prática de tortura, o desaparecimento e assassinato de presos políticos, realçando seu compromisso na luta pelos direitos humanos. Prestou solidariedade a jornalistas presos e condenou o fechamento de jornais. Era considerado um grande jurista na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (LISBOA, 2006, p. 15).

Esse discurso a favor de Antônio Mariz nos mostra a imagem de um político que procurava satisfazer os dois lados políticos existentes no Brasil.

Ainda durante a ditadura militar, Mariz retornou à Paraíba e, depois de muitos embates políticos com aliados e não aliados, resolveu ser candidato a governador do estado da Paraíba. Como é de costume na política, campanhas eleitorais não são fáceis. Desta feita, foi um grande conflito político que Mariz enfrentou: o seu concorrente era o professor Tarcísio de Miranda Burity, secretário de Educação da Paraíba, no ano de 1980.

Antônio Mariz “mobilizou o povo e sensibilizou os segmentos intelectuais e grupos pensantes da sociedade” (LISBOA, 2006, p. 19). Com esse cenário, Mariz teve a sua primeira derrota: o resultado foi 152 votos para o professor Burity e 124 para Mariz,

formando ao todo 276 votos convencionais (registrou-se 28 votos em branco). Os aliados de Antônio Mariz não viam esse resultado como vitória de um candidato sobre o outro, mas simplificavam as coisas, como aponta Inaldo Leitão:

Na verdade, foi a vitória de uma azeitada máquina governista contra a resistência heroica de homem animado pela coragem e abraçado à bandeira da ética, esperançoso de que os ideais de liberdade vencessem o poder sem limites morais dos inquilinos do Palácio da Redenção (LISBOA, 2006, p. 17).

Sua segunda derrota aconteceu em 1982, quando perdeu novamente as eleições para governador. Seu concorrente foi Wilson Braga, com a diferença de 150 mil votos.

Mariz teve outras oportunidades como, por exemplo, chefe de escritório do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, no ano de 1983; depois, por indicação do Presidente Tancredo Neves fez parte do diretório financeiro do Banco Nacional de Habitação (BNH). Porém, com uma passagem efêmera no diretório. Mas o pensamento de Antônio Mariz era voltar para a Câmara Federal e foi isso que aconteceu em 1986 com uma grande expressão de votos em todo o estado da Paraíba. Naquele período de grande relevância para a população brasileira, voltando a ter um regime político democrático, Mariz participou da elaboração da nova Constituição Brasileira (1988): “Um dos grandes orgulhos de Mariz era ter assinado a Constituição Cidadã, como assim a intitulou o deputado Ulisses Guimarães” (LISBOA, 2006, p. 20).

Na Paraíba eram bem claros os grupos políticos divididos, e os que apoiavam Mariz como futuro governador da Paraíba chamavam-se “marizistas”. Ainda na sua trajetória política de conquistas, derrotas e participação em marcos da história do Brasil, Mariz não perdeu a esperança de ser governador da Paraíba. Entretanto, nas eleições de 1990, o político não viu a oportunidade de lançar sua candidatura ao governo do estado e aceita o desafio de sair como senador. O seu concorrente foi Marcondes Gadelha, que sofreu a derrota.

No Senado, Mariz foi o relator do processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Melo na comissão especial do Senado Federal, em 1992. Segundo o depoimento de Inaldo Leitão, o Senador Antônio Mariz

não deu cabimento às pressões tentadas e manteve longe de si. Não se curvou às ameaças pessoais que recebeu através de mensagens

anônimas. Tampouco tripudiou sobre o cadáver político do presidente processado. Conduziu o processo com serenidade e respeito aos princípios ínsitos na Constituição que ajudou a escrever – a ampla defesa e do contraditório. Seu parecer foi aprovado quase por unanimidade na Comissão: 76 votos a favor e 3 contra. Mariz, entrava, assim, definitivamente na história do Brasil, que pela primeira vez afastava um presidente da República pelo processo legal e legítimo do *impeachment* (LISBOA, 2006, p. 21).

O que nos leva a uma reflexão sobre este político é a paixão fanática que os seus correligionários demonstraram ao logo de sua trajetória, que estava perto do fim (LISBOA, 2006). Sem querer enveredar por esse caminho, Mariz se destacou como agente público, uma figura firme, analista, considerado por muitos como pessoa fria e orgulhosa, mas para os seus discípulos um humanista, mesmo que tímido.

Ainda como senador, em 1993, Mariz foi submetido a um tratamento de câncer, que seria o maior rival de sua vida, pois conseguiu derrotá-lo. Mariz era fumante e, segundo depoimentos de amigos, fumava de três a quatro maços de cigarros por dia. Depois do tratamento de saúde, voltou as suas atividades no Senado. O tempo passou e, próximo às eleições para governador, Mariz se viu na oportunidade de se candidatar. Com isso, começou as articulações políticas e se lançou candidato pelo PMDB, ao lado do vice José Maranhão, no ano de 1994.

Depois da chapa organizada, Mariz, juntamente com seus aliados políticos, partiu para campanha árdua e dolorida, pois carregava no seu corpo físico a doença que o tirava várias vezes dos trabalhos da campanha para tratamento. Segundo os depoimentos dos amigos, os adversários aproveitavam a oportunidade para espalhar boatos dizendo que o candidato Mariz havia morrido.

Vencidas as eleições, Mariz e seu vice começaram a organizar os secretariados e a ideia de implantar uma nova gestão no estado da Paraíba. Contudo, sua saúde não era nada satisfatória: governou por pouco tempo, quatro meses, de 1º de janeiro a 1º de maio de 1995. O depoimento de Inaldo Leitão narra o momento no qual passou mal em uma visita feita à cidade de Sousa.

Neste dia o governador estava em Sousa para participar das comemorações do Dia do Trabalho. Logo cedo, na missa, passou mal e foi conduzido às pressas para casa. Estava com começo de pneumonia, resultado da aparição pública em eventos na noite chuvosa anterior. Voltou a João Pessoa e de lá seguiu para o Hospital

Albert Einstein em São Paulo, cidade onde permaneceu até meados de julho. Veio a Brasília para o casamento de sua filha Luciana e no final de agosto reassumiu o governo (LISBOA, 2006, p. 24).

Foram várias ações no curto tempo de gestão, como:

[...] mandou retirar do piso do Palácio da Redenção os mosaicos com desenhos nazistas ali implantados há seis décadas. Determinou ao secretário de Educação e Cultura que elaborasse um arrojado programa de educação pública e que instalasse bibliotecas nos quatro cantos do estado, ou fizesse sua ampliação nos lugares em que já existissem [...] (LISBOA, 2006, p. 25).

Os seus sonhos, os desejos de mudanças, corroídos pelo câncer que o matava a cada dia: “Mariz faz um desabafo ao seu amigo Ronaldo Cunha Lima, no leito do hospital dizendo: ‘quando tinha saúde, perdi o governo; perdi a saúde, ganhei o governo’” (LISBOA, 2006, p. 25). Em 16 de setembro de 1995, na Granja Santana, residência oficial do governador, aos 56 anos de idade, morreu Antônio Mariz. Prosseguia-se, ali, o processo de mitificação de sua imagem pública como político: morria o herói da população sousense, mas permanecia vivo o mito político.

CAPÍTULO 02

ANTÔNIO MARIZ E OS EMBATES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES DE 1963 DA CIDADE DE SOUSA–PB

É um grande e belo espetáculo ver o homem sair, de qualquer maneira, do nada, por seus próprios esforços; dissipar, com as luzes da razão, as trevas nas quais a natureza o envolvera; elevar-se acima de si mesmo; atirar-se pelo espírito até às regiões celestes; percorrer, a passos de gigante, como o sol, a vasta extensão do universo; e, o que ainda é maior e mais difícil, entrar de novo dentro de si mesmo para aí estudar o homem e conhecer sua natureza, seus deveres e seu fim. Todas essas maravilhas são renovadas há poucas gerações

Jean-Jacques Rousseau

Nessa segunda parte da pesquisa, partimos do pressuposto de uma Nova História Política, na qual René Rémond (2003, p. 14) afirma: “a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido”.

Pesquisar a história política da cidade de Sousa na figura do prefeito Antônio Mariz, durante a década de 1960, faz a gente beber dessa fonte e perceber o novo olhar que os historiadores dão aos elementos da História Política.

Nesse ponto fundamental da pesquisa, que trata dos imbróglis políticos da cidade de Sousa, necessitamos da participação de sujeitos que estiveram ao lado de Antônio Mariz. Por isso, recorreremos as suas lembranças para que pudéssemos dar coerência ao desenvolvimento do trabalho. Essa memória de testemunhas nos faz lançar

um olhar especial para a escrita clássica de Jacques Le Goff (1996), no qual destina parte de sua pesquisa para o estudo da memória social:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 423).

Ou seja, a memória tem o poder de guardar as informações do passado e atualizar essas informações no presente.

Portanto, este capítulo nos leva a fazer uso dessas novas fontes de pesquisas que tiveram o seu triunfo na nova historiografia, como é caso da História oral. As experiências dos indivíduos não são iguais, mas, juntando cada relato, poderemos formar uma história coesa e, portanto, nos aproximaremos de uma “verdade” para entendermos um pouco dessa parte da história de Sousa tão lembrada por seus habitantes.

2.1. Denúncia de comunismo: o prefeito da cidade sendo preso pelos militares

Os fragmentos orais da história, que não encontramos nos arquivos ou em livros, podemos chamá-los de “relatos de ações”, assim como de “resíduos do passado”. Segundo a autora Verena Alberti (2004), no seu livro “Ouvir Contar: Textos em História oral”, “uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista” (ALBERTI, 2004, p. 34). Seguindo esse ponto de vista, assim como uma autobiografia é um “relato de ações”, uma entrevista de história oral tanto é um “relato de ações” do passado como um “resíduo de ações” desenvolvido durante a entrevista. A autora aponta a diferença:

(...) enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico, político etc. – sobre ações passadas e também de suas ações (ALBERTI, 2004, p. 34).

Portanto, os historiadores orais permitem que o seu entrevistado fique à vontade para narrar os acontecimentos, mesmo sabendo da subjetividade do entrevistado. Ainda com base nas análises de Alberti (2004), a entrevista é um resíduo de uma ação interativa porque ela apresenta alguns aspectos como a comunicação entre entrevistado e entrevistador, uma vez que o entrevistador deseja que o entrevistado fale sobre suas experiências e também fazer com que o outro entenda o relato. Outro aspecto é que a entrevista oral é resíduo de uma ação específica: a de interpretar o passado. A autora chama a atenção para a possibilidade de a História oral documentar as ações de constituição de memória. O que nós temos que levar em consideração quanto à memória das pessoas, através das entrevistas orais, é o processo cognitivo de “rememoração” e “esquecimento”, pois a busca de um passado com todos os seus acontecimentos e verdades nunca alcançaremos e, por isso, o objetivo é a “possibilidade de se tomar a ação de constituição de memória como objetivo de estudo” (ALBERTI, 2004, p. 36).

O entrevistado é um elemento muito importante no trabalho de pesquisa com História oral, pois é ele o detentor das informações que iremos utilizar. Podemos fazer uma ponte entre Alberti (2004) e Portelli (1997) quando o mesmo diz que:

Cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência (PORTELLI, 1997, p. 17).

Cada história narrada, cada lembrança é muito importante, pois são experiências únicas. Para cumprirmos esta etapa da nossa pesquisa, foi-se necessário recorrer a vários estudos realizados sobre História oral para utilizarmos com perspicácia essa fonte histórica. Assim como o trabalho da escritora Verena Alberti (2004), o trabalho de Alessandro Portelli (1997) é utilizado como referência, porque podemos extrair o quanto é cauteloso, mas também prazeroso, trabalharmos com a memória do outro, as suas versões do passado:

Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações

socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças (PORTELLI, 1997, p. 16).

Ao entrevistar algumas pessoas que fizeram parte da administração do prefeito Antônio Mariz na década de 1960, tive que ter em mente todo esse processo da História oral e saber que a memória, mesmo sendo individual, transcorre no meio social e dinâmico, o qual pode ser socialmente criado e compartilhado. Como diz Portelli (1997), as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas, ou seja, as lembranças de duas pessoas jamais serão iguais.

Outro ponto importante para o historiador que trabalha com a oralidade é que, apesar da História oral representar a realidade, ela não é “[...] um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos” (PORTELLI, 1997, p.16). Isso vem para ratificar que as memórias, ou seja, as experiências dos indivíduos, não são iguais. Entretanto, juntando cada uma dessas falas, se pode formar uma história coerente e aproximada de uma verdade possível.

Esse apanhado sobre a História oral é para dar ênfase à experiência de algumas pessoas para compreendermos como se deu o desenrolar da política de Sousa nos embates entre Antônio Mariz e a oposição. Essas reflexões nos levam a uma leitura sobre a história de uma cidade que, antes, era liderada por redes familiares que praticavam o poder local de grande poder político e econômico, entendendo como esses políticos lidavam com os problemas sociopolíticos.

Teremos como foco a discussão em torno do processo eleitoral que lançou a candidatura de Antônio Marques da Silva Mariz (PTB) para prefeito da cidade de Sousa, buscando enfatizar os recursos simbólicos e as representações utilizadas pelo candidato no pleito municipal de 1963. Ansiamos compreender como foram montados e arquitetados as relações de identificação ente o político e a população.

Assim sendo, com ideologias voltadas para o social, Mariz candidatou-se a prefeito de Sousa pelo PTB. O princípio de moralidade diferenciou Antonio Mariz da política tradicional que existia na época. Naquele momento temos a construção de uma história de um homem dentro da política local, que depois se expandiu para outros âmbitos ligados ao conjunto histórico de uma forma que estabelecia um novo poder e uma nova ordem. Mariz tornou-se uma inovação na política de Sousa, com uma

bagagem recheada de conhecimentos e com ideias inovadoras balizadas nos estudos feitos na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro e, em Nancy, na França, onde estudou Ciências Políticas.

Antônio Mariz assumiu a prefeitura de Sousa aos 26 anos de idade em um concorrido pleito travado entre dois candidatos: o ex-prefeito Tozinho Gadelha (UDN) e o médico Laércio Pires (PSD). Devemos observar que, em todos os discursos políticos, era de praxe se direcionar para grupos desfavorecidos e que, em geral, estes se tornavam grupos alvos de estratégias nas eleições. Assim podemos ver que um discurso político é embasado nas emoções e nos sentimentos, um discurso político para alcançar os seus objetivos é levado por anseios, às vezes, deixando de lado a racionalidade.

De acordo com o depoimento do professor e advogado Gilmar Marques, na década de 1960, Sousa padecia de grandes e graves problemas. Era uma cidade muito pequena e acanhada, a base da economia era a agricultura, especificamente o algodão. Na época a cidade tinha três empresas algodoeiros que eram dos senhores Luis de Oliveira, José Gadelha e Deca Rocha. Existia também um grande empreendimento na área da cera de carnaúba, muito utilizada e vendida não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Antes de Antônio Mariz, quem detinha o poder era o grupo Gadelha, junto com a família Oliveira, formando um único grupo político. O grupo Gadelha representava uma tradicional família na cidade de Sousa, juntamente com a família Oliveira, pelo fato das duas representarem a elite local detentora do poderio político e econômico, constituído pelas usinas de algodão, tornando-se assim os líderes políticos locais que revezavam o poder político na administração da cidade.

O professor Gilmar Marques⁴ afirma:

Mariz chegou a Sousa como mudança. Eu acho que Deus entra em tudo e talvez tenha sido Deus tocado naquela oportunidade o pensamento da população. E aí Mariz ganhou a eleição com a diferença pequena de 10 votos, mas ganhou.

A população de Sousa vivia com muita dificuldade, das mais variadas, porque o trabalhador ou trabalhava com os senhores Zé Gadelha, Luis Oliveira ou com Deca Rocha que eram os donos das usinas de algodão. Já na área do comércio era muito restrita. Existiam apenas pequenos comerciantes que para época representavam grandes comerciantes

⁴ Gilmar Marques da Silva, professor aposentado e também advogado, foi Secretário de Cultura da cidade de Sousa no período de 2009 a 2012.

para cidade, como por exemplo, Júlio Estrela de Menezes era um grande comerciante da época, seu Zequinha conhecido como mestre Zequinha, Merico que era vendedor de produtos de ferragens e na área da construção civil o senhor Nonato.⁵

Sousa era então o 3º colégio eleitoral da Paraíba, com 11.268 votantes. Os que eram apaixonados por campanhas políticas puderam assistir a uma acirrada disputa e discursos inflamados carregados de ideologias, passeatas, visitas de casa em casa. Ainda baseado no depoimento do professor Gilmar Marques, na época, a lei eleitoral permitia fazer comícios todos os dias. Essas reuniões populares começavam sete horas da noite, perdurando até o outro dia. Existiam os “corujões”, nos quais as pessoas ficavam nas ruas, quebravam galhos de árvores e saíam pelas avenidas brincando.

De um lado, o grupo de Mariz se chamava “Cunha” e, do outro lado, o grupo Gadelha se chamava “Quebra”. Uma curiosidade da época: o líder político Zé Gadelha fazia comícios nos sábados à tarde, na feira livre de Sousa, e mandava comprar todas as panelas e potes da feira para quebrar. As visitas eram realizadas em cada residência; a campanha era de “pé no chão” e com poucos transportes; o voto ainda era manual através de cédula e, quando o eleitor ia até a sua seção eleitoral, o presidente da mesa dava somente um visto, o eleitor era liberado e, logo em seguida, depositava o seu voto na urna. Ainda segundo o professor Gilmar Marques, “cada eleitor tinha o seu partido, pois na época as pessoas já sabiam em quem votar, os representantes iam para a campanha já sabendo quantos votos cada candidato tinha porque nunca falhava”. Para o professor Gilmar Marques, naquele contexto histórico, as pessoas eram fieis aos princípios.

Quando partimos para analisar as ideologias políticas de Antônio Mariz, nos deparamos com fortes expressões de engrandecimento de sua forma de pensar e agir, seja nas fontes que trazem sua biografia, seja nas fontes orais.

Segundo o advogado José Job Sobrinho, conhecido como Dedé Job⁶, Mariz tinha uma política conceituada, ou seja, uma política consciente, com princípios sociais: “Ele (Antônio Mariz) tinha um princípio de transformação social, aí era pautada a política de Antônio Mariz, a ideologia de Antônio Mariz”. Sobre em que essas ideologias políticas

⁵ Entrevista concebida por Gilmar Marques da Silva em 24/04/2012 à autora Francisca Salete de Sousa, Sousa/PB, 2012.

⁶ José Job Sobrinho (Dede Job) advogado e companheiro nas lutas políticas de Antônio Mariz. Entrevista concedida em 15/10/2012 à autora Francisca Salete de Sousa, Sousa/PB.

se baseavam, Dedé Job argumenta: “Em princípios segundo os quais a sociedade, sobretudo as classes pobres, eram alijadas do processo, eram pessoas que não tinham oportunidade, ele exatamente queria dar oportunidade às pessoas”. Ainda para o Sr. Dedé Job, não houve tentativas de inviabilizar a candidatura de Mariz. Quando o mesmo saiu candidato, revolucionou a cidade e trouxe para o seu lado, inclusive, coronéis, pelo discurso que empolgava a todos.

O Sr. Dedé Job destaca sobre o espírito solidário de Antônio Mariz: “Numa festa onde tinha um banquete, ele (Antônio Mariz) dizia no curso do seu discurso, haverá época que o filho do vaqueiro também pudesse ser doutor, isso foi uma revolução, porque ele disse isso, nessa época de 1963-1964”. Pelo fragmento laudatório acima se verifica o caráter de Mariz através da ideologia política populista em que o político evidencia os anseios do povo não apenas como representante dele, mas como parte dele.

Ao analisar a figura política de Antônio Mariz segundo o argumento do advogado Dedé Job, observamos que Mariz, ao ser promovido a candidato e depois prefeito de Sousa, derrubou os seus adversários e grupos poderosos da cidade, que seriam os responsáveis pelo atraso social, conseguindo encantar a maior parte da população. Os seus correligionários e simpatizantes fazem questão de ressaltar a sua simplicidade e o seu senso de justiça que o fizeram obter o resultado positivo nas urnas. Com o início da campanha, Antônio Mariz precisou intensificar a sua imagem de administrador atento às preocupações do dia a dia dos eleitores e correligionários. A vitória de Mariz foi uma ameaça aos interesses dos chefes políticos locais. Segundo o depoimento do Sr. Dedé Job, a candidatura de Mariz foi uma revolução.

Portanto, Mariz venceu as eleições de 1963 por uma diferença de apenas dez votos na primeira contagem: 3.876 contra 3.866 votos do candidato Felinto da Costa Gadelha, conhecido como Tozinho Gadelha. Nesse período a eleição não elegia uma chapa com prefeito e vice-prefeito. Seu vice, o candidato José Vieira Figueiredo, também do PTB, não conseguiu se eleger, pois alcançou nas urnas 3.391 votos contra 4.145 do candidato à vice pela UDN, Geraldo Abrantes Sarmiento (ARAÚJO, 1996).

QUADRO 1

RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM SOUSA/PB EM 1963

Cargo: prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Antônio Mariz	PTB	3.876	35,67%	Eleito
	Felinto da Costa Gadelha		3.866	35,58%	Não Eleito
	Laercio Pires de Souza		3.125	28,76%	Não Eleito
	Votos nulos		215		
	Votos brancos		186		
	Total apurado		11.268		
	Eleitorado		14.576		
	Abstenção		3.308	22,69%	

Fonte: Dados fornecidos pela Seção de Informação e Estatística da Secretaria de Informática de Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TER-PB. Disponível em: <tre-pb.gov.br>. Acesso em: 22/11/2014.

QUADRO 2

RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM SOUSA/PB EM 1963

Cargo: vice-prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Geraldo Abrantes Sarmiento	UDN	4.145	39,5%	Eleito
	José Francisco de Figueiredo		3.391	32,31%	Não Eleito
	José Pordeus e Silva		2.958	28,19%	Não Eleito
	Votos brancos		680		
	Votos nulos		94		
	Total apurado		11.268		
	Eleitorado		14.576		
	Abstenção		3.308	22,69%	

Fonte: Dados fornecidos pela Seção de Informação e Estatística da Secretaria de Informática de Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TER-PB. Disponível em: <tre-pb.gov.br>. Acesso em: 22/11/2014.

Dedé Job conta ainda que a diferença muito pequena dos votos se deve ao fato de Mariz ser noviço na cidade e o discurso que a oposição tinha em relação a ele afugentou muita gente. Mesmo assim, os dez votos foram algo histórico.

No dia 26 de agosto de 1963, Antônio Mariz recebeu o diploma como prefeito de Sousa e tomou posse em 30 de novembro do mesmo ano. Sua gestão estendeu-se até 31 de janeiro de 1969 por conta da prorrogação nacional dos mandatos de prefeito em todo país (ARAÚJO, 1996).

No ano de 1964 teria início a ditadura militar no Brasil: um longo período de repressão ideológica e de censura, no qual esse regime respingou no interior do sertão paraibano, pois na cidade de Sousa estava iniciando a gestão de um político que seria a favor do socialismo e com pensamento revolucionário.

Ao término do pleito, houve certa agitação por parte da oposição acusando Mariz de comunista. Segundo o advogado Dedé Job:

Ele (Antônio Mariz) era taxado de comunista, isso era uma agressão àquelas ações sociais de Antônio Mariz. Ele foi bastante batido. Ele foi preso ainda, isso era o momento de Revolução, porque o taxava de comunista, e por isso ele teve que deixar a cidade e responder o processo e finalmente o próprio exército que fez apreensão dele voltou a dar posse a ele aqui na cidade.

Segundo o historiador José Octávio de Arruda Mello, no livro “Antônio Mariz – A trajetória de um idealista”:

‘Antônio Mariz, todavia, manobrou, aproximando-se do PSD e repetindo, a nível municipal, a aliança PSD/PTB que oferecia sustentação à presidência João Goulart, no plano nacional. Foi essa a situação política com que o movimento de 31 de março de 1964 se deparou em Sousa. No famoso comício da porta da difusora, na noite de 1º de abril, falando em seguida ao comerciante João Gonçalves de Abrantes e vereador Gilberto Nabor, Mariz tomou a ofensiva, cobrando solidariedade ao PSD contra a conspiração udenista em marcha’ (MELLO *apud* ARAÚJO, 1996, p. 23–24).

Diante disso, houve uma forte reação por parte da oposição que fazia parte da UDN, acionando os militares para a anulação do mandato de Antônio Mariz, que foi preso no quartel do agrupamento de Engenharia na capital João Pessoa. No momento em que Antônio Mariz foi preso aconteceu uma reviravolta na prefeitura de Sousa, no qual o vice-prefeito Geraldo Abrantes Sarmiento (UDN), que fazia oposição a Mariz, assumiu o Executivo.

Não demorou muito para Mariz voltar ao cargo de prefeito, pelo fato da forte influência familiar na política em todo o estado da Paraíba. Ainda segundo Fátima Araújo (1996), quando as autoridades liberaram Mariz para a chefia do Executivo da cidade de Sousa, o vice-prefeito deixou o gabinete embaixo de vaías e a cidade parou para receber o titular da prefeitura.

2.2. Antônio Mariz e o seu trabalho operacional frente à prefeitura

Se antes a História política era apenas pensada pela narração de fatos que envolviam os grandes homens, hoje a História política, como ressalta a autora Serioja Mariano (2005), nos fornece subsídios teóricos para uma melhor compreensão do objeto estudado. Hoje, a História política dialoga com outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, saindo, portanto, do campo das fontes de documentos escritos, como fontes oficiais, para beber de outras fontes, como é o caso da História oral. Portanto, o campo de atuação da História política expande seus horizontes a novos vieses e investidas, como, por exemplo, quando o autor René Rémond (2003) discute em sua obra “Por uma História Política”: eleição, partido, mídia, opinião pública etc.

Pensando nessas novas possibilidades da Nova História Política, observamos no contexto político e social de Sousa o conjunto de ações que o prefeito Antônio Mariz fez para legalizar de forma institucional sua gestão como pioneiro em algumas sociais. Antônio Mariz esteve por seis anos à frente da administração pública da cidade de Sousa. No seu trabalho operacional, destacam-se mudanças substanciais. Dentre essas reformas e melhorias para o município podemos verificar:

o aumento do número de escolas primárias municipais, de 132 para 330, com a fixação do número máximo de 30 alunos por professor; a distribuição das escolas na zona rural, de tal forma que a distância máxima, entre uma e outras, fosse de um quilômetro e meio e o aumento real de, no mínimo, cem por cento nos vencimentos dos servidores municipais (ARAÚJO, 1996, p. 27).

Nesse depoimento da escritora Fátima Araújo (1996), notamos a preocupação do prefeito Antônio Mariz em relação à educação dos jovens, tanto da zona rural quanto da cidade. Isso para o interior de um estado nordestino, na década de 1960, é um avanço muito importante. Além disso, foram instaladas “[...] bibliotecas públicas em todas as

sedes distritais; cursos intensivos de férias para treinamento e aperfeiçoamento de professores [...]” (ARAÚJO, 1996, p. 27-28). Esse mesmo posicionamento, encontramos na fala de Dedé Job:

Mariz passou a se preocupar com a educação dos filhos dos pobres, Mariz fez bibliotecas nos distritos, Mariz foi o primeiro a se preocupar com a preparação de professores, de aperfeiçoamento de professores, para que ele pudesse fazer escola, com dificuldade, ele fazia escola na própria sala de uma família na zona rural, porque daí ele dava oportunidade. Ele pagava um aluguel por aquela sessão daquela sala que fosse uma escola.

No período de campanha, foram feitas promessas por parte do candidato Antônio Mariz. Uma dessas promessas foi dar oportunidade aos filhos dos pobres por meio da escolaridade e o ingresso no mercado de trabalho. Mariz lançou concurso público, sendo um dos primeiros prefeitos no Brasil, segundo o depoimento do Sr. Dedé Job, a realizar concurso público em prefeitura:

Já nesse governo de Antônio Mariz de 1963, ele já adotava o ingresso da pessoa na prefeitura através de concurso, quando a própria República não fazia concurso ainda. Mas quem entrou na prefeitura na época dele foi através de concurso, dando oportunidade a filho de pobres que pudessem ser aproveitados nos empregos públicos, que antes eram dos filhos dos políticos, dos parentes políticos.

Outro ponto importante que merece destaque foi a elaboração de um programa de governo distribuído à população da cidade para que todos acompanhassem o seu trabalho; as prestações de contas feitas diariamente através dos meios de comunicação do município; e a construção do novo prédio da prefeitura da cidade. Quanto ao plano de governo que foi escrito pelo secretário de finanças do estado Otacílio Silveira, em sua introdução afirma que se fazia necessário um planejamento administrativo para aqueles que querem disputar a preferência da população, seja no município, no estado ou no Governo Federal, e mais: “a administração moderna exige dos homens públicos, além de uma conduta austera, a capacidade de, com inteligência, compreender e solucionar os problemas que afligem as populações” (Programa de Governo de Dr. Antônio Mariz – Candidato do Povo). Nesse trecho extraído do Programa de Governo

de Antônio Mariz, observa-se que ele se colocava como um administrador moderno e como autor intelectual para sanar os problemas de assistência social.

O Plano de Governo estava dividido em quatro partes:

- ❖ Primeiro: Programação Global, que fazia a análise da conjuntura financeira da cidade e, em cima dessa análise, planejava o que se podia realizar nos próximos quatro anos de gestão;
- ❖ Segunda: Programação Setorial, que especificava os programas e os gastos referentes aos mesmos;
- ❖ Terceira: Programas Locais, que tratava do que poderia ser concretizado na sede do município e nos distritos;
- ❖ Quarto: Prestação de contas e da execução de tudo o que foi proposto pelo candidato.

Segundo o secretário Otacílio Silveira, o gestor Antônio Mariz cumpriu pontualmente todas as metas e chegou a ultrapassá-las. Por exemplo, o aumento salarial e os esclarecimentos dos gastos públicos, que seriam mensais, passaram a ser diários (ARAÚJO, 1996).

Com esses feitos Mariz foi ganhando a confiança e o prestígio da população, como nos conta o senhor advogado e contador José Nunes da Costa, que era o técnico das despesas do município em toda gestão de Mariz (1963-1969): “[...] naquela época fazer um plano de governo e executá-lo integralmente mais do que ele tinha proposto foi realmente um caso à parte naquela época e até hoje, a gente não ver um cumprimento integral e às vezes ultrapassar um plano de governo”.

Com esse modelo administrativo, Mariz foi recebendo força na sua gestão e atraindo para si pessoas que passaram a confiar no seu trabalho, inclusive o corpo Legislativo da cidade, sendo os projetos analisados e aprovados sempre ao seu favor.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM SOUSA/PB 1963

Cargo: Vereador					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Francisco Pereira Gadelha	UDN	712	6,47%	Eleito

Cargo: Vereador					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Joaquim Rocha Lima	PSD	611	5,55%	Eleito
	José Gadelha de Queiroga	UDN	568	5,16%	Eleito
	Cícero Alves Vieira	UDN	555	5,04%	Eleito
	Moíses Cassimiro da Silva	UDN	551	5%	Eleito
	Geraldo Batista da Silva	PTB	518	4,7%	Eleito
	João Gonçalves de Abrantes	PTB	496	4,5%	Eleito
	Gilberto Nabor Vieira	PTB	454	4,12%	Eleito
	Agripino Fernandes das Chagas	UDN	440	4%	Suplente
	Gilson de Oliveira Sá	PSD	436	3,96%	Eleito

Fonte: Dados fornecidos pela Seção de Informação e Estatística da Secretaria de Informática de Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TER-PB. Disponível em: <tre-pb.gov.br>. Acesso em: 22/11/2014.

Para compor os cargos administrativos junto à prefeitura, o Sr. José Nunes da Costa⁷ conta-nos que Mariz utilizou dois critérios: o de experiência e honestidade.

Mariz utilizou dois critérios de experiência e honestidade, tanto é que na época as pessoas escolhidas por Mariz eram bastante conhecidas pela comunidade de Sousa. E ele se deu bem, porque na verdade, o pessoal na sua colaboração na administração provou isso, que tinha conhecimento, responsabilidade e realmente produziram dentro desses critérios e não houve corrupção, apenas um caso que foi investigado e punido.⁸

Ainda em conversa com o Sr. José Nunes quanto ao exercício de prefeito de Antônio Mariz, ele afirma: “[...] Na época de Mariz não houve desequilíbrio nas contas. Mariz dava uma aula de equilíbrio financeiro. Mariz era um homem à frente da legislação, além desse respeito pela legislação [...]”.

Portanto, com base nesses argumentos, e levando em consideração o contexto social que a cidade se encontrava antes de sua chegada, notamos que Antônio Mariz

⁷ José Nunes da Costa, advogado e contador, foi técnico de despesas do município de Sousa na gestão do Sr. Prefeito Antônio Marques da Silva Mariz no período de 1963-1969.

⁸ Entrevista concebida por José Nunes da Costa em 28/10/2014 à autora Francisca Salette de Sousa, Sousa/PB.

lançou mão de vários artifícios para poder se sobressair com uma administração de características organizadas e com mudanças na base social. Ao mesmo tempo, verifica-se como os depoimentos orais constroem uma memória positiva e de avanços sociais em torno da atuação do gestor, elemento que contribui decisivamente no seu processo de mitificação política.

CAPÍTULO 03

DE POLÍTICO A HERÓI: ANTÔNIO MARIZ, UMA MEMÓRIA VIVA

Como o sonho ainda, o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que sempre se arrisca a traí-lo ou a dele dar apenas uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e de sua complexidade

Raoul Girardet

Neste terceiro momento do trabalho iremos analisar de que forma Antônio Mariz se tornou herói para a população de Sousa e, em seguida, mito político. Para isso, precisamos compreender os recursos usados para chegar ao poder e se cristalizar na memória social, como por exemplo, o discurso inovador, a mídia, o sentimento da população e, depois de sua morte, o cuidado que os amigos e familiares tiveram com sua memória.

A pesquisa objetiva não somente desconstruir essa memória, mas entender como se deu essa construção. Para explicar isso, usamos alguns autores que tratam desse mecanismo que legitima o mito e os seus grandes feitos para se eternizar na história.

3.1. Família e herança política

Como foi discutido no primeiro capítulo, Mariz é descendente de uma importante família que fez parte da política nacional e, sobretudo, paraibana desde o século XIX. Portanto, corre em suas veias o sangue dessa família que compunha a sociedade da época, é um legado que foi tomado para si com muita eloquência.

Esse legado político deixado pela família corresponde ao tradicionalismo encontrado no aspecto urbano da cidade de Sousa, já que conta com ruas que carregam o sobrenome “Mariz” como, por exemplo, a rua Dr. Silva Mariz (seu avô) e também a rua Dr. José Mariz (seu pai). Também a cidade de Marizópolis, que faz parte da grande Sousa, foi fundada pela família Mariz e, por isso, recebe esse nome em homenagem à

família.⁹ Antônio Mariz, também recebe essas homenagens como no “Estádio de futebol Antônio Mariz” na cidade de Sousa, construído na gestão do prefeito Mauro Abrantes (Dr. Marizinho). O auditório do Centro de Treinamento dos Professores na cidade de Sousa, o Ginásio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, também da cidade de Sousa, recebem o nome de Mariz. Até mesmo a BR 230, através da Lei nº 10.236, de 7 de junho de 2001, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi denominada “Rodovia Governador Antonio Mariz”, no trecho entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa, no estado da Paraíba.¹⁰ O Canal da Redenção, que fica entre as cidades de Coremas/PB e Sousa, e a Ala das Comissões, situada no Anexo II da Câmara dos Deputados, também receberam seu nome como homenagem. Por fim, publicou-se uma obra na série Perfis Parlamentares que reúne os discursos e as proposições de Antônio Mariz.

Alguns projetos foram elaborados por seu companheiro de trajetória política, Inaldo Leitão, que diz:

Assumi voluntariamente o compromisso de, enquanto me for possível e vida tiver, manter viva a história do excepcional homem público e eterno líder Antônio Mariz. Na primeira oportunidade que tive, fui autor da lei estadual que deu seu nome ao Canal da Redenção, que vai do açude de Coremas às Várzeas de Sousa, na Paraíba. Também recebeu seu nome a Ala das Comissões, situada no Anexo II da Câmara dos Deputados, projeto igualmente de minha autoria, aprovado com todas as honras e por unanimidade. Fui ainda relator de proposição de autoria do presidente Fernando Henrique Cardoso, denominando de Antônio Mariz a rodovia BR-230, no trecho de João Pessoa a Cajazeiras, aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional (LEITÃO, 2006, p. 11).

Continua:

Pesquisei a obra produzida por Mariz na Câmara e no Senado. Encontrei um acervo riquíssimo. Dirigi uma solicitação ao então presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, no sentido de incluir a obra de Antônio Mariz na série Perfis Parlamentares, cujo

⁹ Fundada pela família do Governador Antonio Mariz, teve o seu nome, antes Pedra Talhada, alterado para Marizópolis, como forma de homenagear a família Mariz. É também conhecida como a Mesopotâmia do Sertão por ser situada entre os Rios do Peixe e Piranhas.

¹⁰ Art. 1º Fica denominado "Rodovia Governador Antonio Mariz" o trecho da rodovia federal BR-230, compreendido entre as cidades de Cajazeiras e João Pessoa, no Estado da Paraíba. Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação. Brasília, 7 de junho de 2001; 180º da Independência e 113ª da República. Fonte: <<http://www.jurisway.org.br/>>. Acesso em: 29/09/2015.

objetivo é o de reunir os discursos e as proposições dos mais destacados parlamentares da Casa (LEITÃO, 2006, p. 11-12).

Essas homenagens feitas aos parentes de Mariz e também a sua pessoa mostram que compartilham do mesmo prestígio, pois o grupo o qual fazem parte é indestrutível. Como argumenta Regina Abreu, ao apresentar como a “nobreza” se imortaliza.

Mas o que, definitivamente, distinguiria a nobreza consistiria na relação peculiar do todo com as partes, ou seja, da nobreza, enquanto grupo social, com cada nobre em particular. Duas metáforas seriam importantes. Uma, a do metal nobre. Tal como o ‘metal nobre’, a nobreza estaria associada a relativa indestrutibilidade. Essa substância impregnaria o grupo de tal modo que, quaisquer que fossem as características particulares que os nobres adquirissem, fosse no tempo, fosse no espaço, o valor do grupo permaneceria estável (ABREU, 1996, p. 58).

Continua:

Outra metáfora seria a da árvore genealógica. A substância distintiva da nobreza circularia pelo todo e também pelos indivíduos, da mesma forma que, numa árvore, a substância que compõe a fruta é a mesma que circula pelos troncos e galhos e folhas. No interior da nobreza não haveria hierarquia. Todos os indivíduos compartilhariam do legado de status do grupo, isto é, dos valores positivos acumulados (mérito, distinção, prestígio). Cada elemento do grupo desfrutaria das glórias dos mais afamados membros. Haveria um sentido peculiar de totalidade, onde a notabilização de um elemento ou de uma família seria extensiva a todos. Assim, a nobreza revelaria especial tenacidade para a conservação dos laços fundados na tradição (ABREU, 1996, p. 58).

Quem nos ajuda a entender a importância de um sobrenome familiar é a autora Serioja Mariano (2005; 2011), que trata das “redes familiares”. A autora analisa a dinâmica da política paraibana relacionando a atuação das elites regionais e suas conexões. Redes familiares que atuam no poder desde a Província e se perpetuam até hoje são observadas nas alianças de famílias por meio dos laços matrimoniais e de redefinições políticas que se utilizaram de partidos e cargos. A família é uma instituição que vai se transformando nas suas práticas sociais, sendo vista como unidade básica da ordem política. De acordo com a autora, a família é considerada como uma unidade institucional e social baseada em laços de sangue e matrimônio. As alianças entre as

elites se efetivavam pelo casamento ou herança, e a riqueza se constituía em um forte fator para a associação.

Uma das estratégias utilizadas para ampliar as redes de poder era a união entre os membros de famílias importantes da elite local. Por sua vez, essa estratégia viabilizava a criação da elite local e viabilizava a criação de partidos. A longa permanência no poder e a participação dessas famílias na administração pública são exemplos das associações familiares das elites que consolidaram os laços de parentesco e passaram a dominar o cenário político nas Câmaras, nos cargos públicos, na Assembleia provincial, entre outras esferas de poder. As associações de famílias são grupos que forma sociedades organizadas em função de alianças de parentesco, com vistas à obtenção e manutenção do poder político e econômico.

Os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de *status* social. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos de famílias, a exemplo da cidade de Sousa com as famílias Gadelha, Oliveira e Mariz. As redes de parentesco foram uma das principais estratégias utilizadas para permanecer na administração pública. O que se comprova com a presença constante de sobrenomes da mesma linhagem ou até mesmo a junção de famílias das elites locais, ao longo do tempo.

Com base nos escritos de Serioja Mariano (2005; 2011), a atuação dos grupos familiares foi fundamental na montagem do processo de autonomia política do Brasil, quando visto a partir da situação da Paraíba. As estratégias utilizadas protegiam o prestígio e o *status* social das camadas dominantes e estavam condicionadas por fatores locais adaptados ao contexto político. O sistema político por vezes se confundia com o domínio das famílias na política local, havendo a preocupação se esses grupos familiares estariam servindo ao poder central ou defendendo seus interesses locais.

3.2. Sonho interrompido: Antônio Mariz, governador da Paraíba

Em 15 de novembro de 1994, com 781.349 votos, Antônio Marques da Silva Mariz foi eleito e realizou o seu sonho de ser governador da Paraíba. Tomou posse no dia 1º de janeiro de 1995, aos 57 anos de idade, segundo a jornalista Fátima de Araújo

(1996), sem festa, sem pompas. A jornalista descreve no livro “Antônio Mariz – A trajetória de um idealista” todos os feitos de sua posse:

O primeiro dia no Palácio da Redenção foi um misto de emoções incontidas, uma pauta enorme de problemas para solucionar e muito trabalho. A fotografia de Antônio Mariz foi afixada nas paredes de todas as repartições estaduais e, nas ruas, o novo governador recebeu o carinho do povo paraibano.

Após a Missa em Ação de Graças, celebrada pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, ao lado dos padres João Andreola, Fernando Abath e João Cartaxo, o governador Antônio Mariz tomava posse, exatamente às 9 horas e 30 minutos daquele 1º de janeiro, na Assembleia Legislativa (ARAÚJO, 1996, p. 51).

E continua:

Terminada a sessão extraordinária na AL, o governador empossado seguiu, a pé, até o Palácio da Redenção, acompanhado do ex-governador Cícero Lucena, do então vice-governador, José Maranhão, e de secretários do Estado. No palanque armado em frente ao Palácio, onde já se encontravam familiares do governador, amigos e autoridades, discursaram Cícero Lucena, Antônio Mariz e Gilvan Freire, à época presidente do Poder Legislativo (ARAÚJO, 1996, p. 51).

A situação da Paraíba não era uma das melhores no cenário nacional, pois o estado passava por uma forte crise financeira.

Destacaremos algumas propostas política, em seus principais pontos, a partir do que relatam seus amigos, correligionários, admiradores:

Antônio Mariz, ainda que em pouquíssimo tempo, imprimiu a sua marca de governar. Já no discurso de posse deixou clara a opção preferencial pelos pobres. Nessa linha, celebrou uma estreita parceria com a Igreja Católica, através do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Num gesto político ousado e polêmico, mandou retirar do piso do Palácio da Redenção os mosaicos com desenhos nazistas ali implantados há seis décadas. Determinou ao secretário de Educação e Cultura que elaborasse um arrojado programa de educação pública e que instalasse bibliotecas nos quatro cantos do estado, ou fizesse sua ampliação nos lugares que já existissem. Priorizou os salários dos servidores públicos e centrou grande preocupação na geração de emprego e renda, através do fortalecimento do Projeto Meio de Vida. Acertou com o presidente Fernando Henrique a construção do canal para transposição de águas do sistema Coremas – Mãe d’Água para as várzeas de Sousa. Ordenou ao secretário de Saúde a otimização da rede hospitalar pública, pois não ia admitir que as pessoas humildes

não tivessem o mesmo tratamento que os ricos têm nos hospitais particulares (LISBOA, 2006, p. 25).

Depois de eleito e empossado, suas condições de saúde eram críticas. Já havia passado por uma bateria de exames e realizado cirurgia para o tratamento de câncer. Entretanto, com o passar do tempo, a doença se agravou, interrompendo o seu sonho de continuar governando a Paraíba.

A morte do governador Antônio Mariz “causou grande consternação à alma do povo paraibano” (ARAÚJO, 1996, p. 61). Toda a Paraíba chorou e lamentou a morte daquele que, segundo os próprios paraibanos, trouxera esperança ao estado. Observamos em todas as honras voltadas para Mariz, a devoção que se perpetua até hoje através de homenagens e discursos. Essas homenagens estão inseridas num ritual que ao longo dos tempos estava ligado aos mais célebres personagens da história, à construção de memórias imaculadas. Sobre isso, Regina Abreu (1996, p.67) argumenta:

No campo da memória, os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas. Máscaras, mortuárias, discursos por ocasião do enterro e biografias são algumas das formas de manter viva a memória do indivíduo. Memória que, diga-se de passagem, é construída item por item.

Para escrever a biografia de Antônio Mariz recorreremos a vários discursos a seu respeito e descobrimos que, apesar de ser um político sério, era sem muita abertura para descontrações e, muitas vezes, era chamado de arrogante. A sua base aliada e familiar fortaleceu muito bem a sua trajetória de político, como descreve o jornalista Nonato Guedes:

O destino foi cruel e traiçoeiro com o político Antônio Mariz. Um dos quadros mais preparados da geração política recente do Estado, homem de integridade à toda prova e com profunda sensibilidade para as questões sociais e as posições reformistas, Mariz tornou-se um dos poucos homens públicos talhados para realmente assumir o governo e implantar transformações capazes de demolir as estruturas arcaicas do sistema político dominante. Ele se preparou ardentemente para esse desafio e assimilou como poucos, um domínio da realidade de pobreza e de miséria do povo, além de descortinar soluções que, com certeza, gostaria de ter colocado em prática como a sua contribuição à melhoria do padrão de vida dos deserdados do modelo injusto e concentrador de renda (ARAÚJO, 1996, p. 80-81).

Observa-se na fala do jornalista uma crença total em Mariz, como homem que veio salvar a Paraíba da situação precária em que se encontrava. As biografias traçadas por políticos e simpatizantes que acompanharam Mariz em todos os momentos, pousam numa ilustração de perfeição.

Regina Abreu (1996) continua:

As homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória. Algumas pessoas que notabilizaram nos campos da arte, da política ou da ciência contratam em vida escritores de sua preferência para redigir suas biografias. Outras chegaram a organizar um arquivo pessoal induzindo a elaboração de sua posterioridade. Nesses casos, fica evidente o valor crescente que o Ocidente moderno, por intermédio da memória, tem conferido à imortalidade dos sujeitos. O conjunto desses memoriais dos sujeitos é incorporado à história da humanidade, em sua trajetória linear de acumulação das várias histórias individuais (ABREU, 1996 p. 67-68).

Com esse argumento da autora Regina Abreu (1996), podemos fazer uma análise dessas homenagens póstumas feitas aos “grandes” políticos que tiveram suas histórias escritas, imortalizando os seus feitos e suas representações para uma nação que tem, por exemplo, a memória de Getúlio Vargas indissociavelmente vinculada à luta da classe trabalhadora; assim como a memória de João Pessoa está indissociavelmente ligada a de um “santo” e “herói”. A junção de toda a fabricação desta engrenagem, no qual o cidadão faz parte significa a “morte em carne e osso e o nascimento do imortal” (ABREU, 1996, p. 69).

Os estudos feitos sobre a vida pessoal e política de Antônio Mariz foram feitos por amigos e contemporâneos. Esses escritos trazem uma história que enfatiza um homem coerente com suas ações e que zelaria pelo bem público. Observamos que os amigos têm uma preocupação em mostrar que a vida de Mariz pertence(u) ao povo. Isso nos faz lembrar a história linear e a exaltação feita a Mariz, que nasceu num campo propício a se tornar um homem público através da própria educação dada pela família.

Essa construção na memória social, construída ao longo dessas décadas, impulsionada por escritores amigos e familiares, pode ser explicada pelos argumentos de José Luciano de Queiroz Aires (2013) quando fala da “memória coletiva, lugares de memória e lugar social”, ao dialogar com autores como Maurice Halbwachs, que “defende o princípio de que as memórias, mesmo as individuais, são sempre

condicionadas pelos grupos sociais aos quais se ligam, física e afetivamente” (HALBWACHS apud AIRES, 2013, p. 137).

Vivemos num mundo corrido, onde estamos a todo o tempo surpreendidos por muitos acontecimentos. Com a velocidade que chegam os fatos e a rapidez como se passam, estamos ameaçados pelos esquecimentos ligeiros dos fatos. Sofremos vários estímulos durante o dia, por isso a ideia criada pelo historiador francês Pierre Nora quando fala de “lugares da memória”. Sobre isso, José Luciano de Queiroz Aires (2013, p. 138) afirma:

Diante dessa ameaça, aparecem os lugares de memória expressando a dimensão da memória, na sua interioridade, e sim, no campo da cultura material. São monumentos, bibliotecas, arquivos, centros de memória, museus, etc., incumbindo-se da representação de uma memória arquivada [...].

As obras pesquisadas que tratam da vida de Antônio Mariz não demonstram vestígios de uma história crítica que problematize as ações do mesmo, mas sim uma história factual baseada na linearidade e na heroicização. Esses trabalhos foram feitos por jornalistas, advogados e políticos que tinham como objetivo narrar a história como “de fato aconteceu” segundo seus pontos de vista. As obras desses autores se assemelham a uma visão historiográfica própria do IHGB/IHGP, que tem como objetivo construir uma História

[...] narrativa, linear, factual, política, biográfica, decorativa, centrada nos ‘heróis’ como sujeitos, concepção essa que, de tanto ser produzida e reproduzida da História e do Ensino de História, formou subjetividades, inclusive no senso comum, do que deveria ser objeto da ciência História (AIRES, 2013, p. 141).

Ainda nas obras feitas sobre a vida de Antônio Mariz, os escritores têm a preocupação de expor todos os documentos escritos que registram a conquista do político: diplomas, relatórios, discursos, sua participação nas decisões políticas nacionais, os depoimentos dos seus correligionários, transformando tudo isso em uma História política tradicional, como aconteceu com outras figuras que registram a forma tradicional de fazer História.

Com isso, a atuação política de Antônio Mariz de prefeito de Sousa a governador da Paraíba é caracterizada como uma “nova era”, com novos sonhos, novas expectativas, contrapondo as “velhas” administrações. Como cita o deputado federal pelo PMDB José Aldemir, em homenagem a Antônio Mariz:

Antônio Mariz era a síntese de nobreza, caráter e honradez e, durante a sua vida pública, foi um homem singular que engrandeceu a atividade política e só legou bons exemplos aos pósteros. Mariz foi forjado nas lides estudantis no início da explosiva década de 60, quando iniciou sua vida pública na Prefeitura de Sousa, ao derrotar uma administração marcante que lhe valeu o reconhecimento de toda Paraíba (ARAÚJO, 1996, p. 178-179).

Essa homenagem constrói à política de Mariz a ideia de o “novo” derrotar uma dinastia de “coronéis”. Essa dinastia de “coronéis” seriam as famílias tradicionalistas da época, como a Gadelha e a Oliveira. Continuando a homenagem à Mariz feita por José Aldemir:

Antônio Mariz certamente vai deixar um grande vazio na política brasileira e por isso será sempre lembrado e reverenciado por aqueles que cultuam a honestidade, a ética e a política em nome do bem comum e da moralidade pública [...]. Ele vai continuar vivo na memória dos brasileiros, tanto pela obra que realizou quanto pelas lições que legou. A morte não é o fim, é apenas um movimento, porque a Paraíba continuará sendo governada por aquele que saiu de sua escolha pessoal e que certamente, dará sequência à administração voltada para solucionar os graves impasses econômicos e sociais do Estado (ARAÚJO, 1996, p. 179).

Nessa citação, José Aldemir eleva Mariz a nível nacional quando diz que o mesmo “vai continuar vivo na memória dos brasileiros”. E quando diz que a Paraíba continuará sendo governada por aquele que saiu de sua escolha pessoal, dando sequência à administração, referiu-se ao seu vice-governador, José Maranhão Targino, que assumiria o poder depois de sua morte e que carregaria a missão de continuar solucionando os graves problemas do estado.

O dia 16 de setembro de 1995 foi considerado o “domingo da saudade”, pois às 18h58m morria o governador Antônio Marques da Silva Mariz, deixando a Paraíba em luto. O pronunciamento oficial foi dado pelo secretário Walter Santos. A emissora Tabajara, que já estava de plantão acompanhando as últimas informações sobre o

quadro clínico de Mariz, descreveu todos os acontecimentos e se colocou como os “olhos e os ouvidos do povo, registrando com fidelidade o fato histórico” (A UNIÃO, 1995). A rádio Tabajara transmitiu ao vivo todo o cortejo do governador Mariz. Em conexão com a Tabajara estavam todas as emissoras de rádio do estado da Paraíba. Segundo o livro “O Adeus a Mariz - A Cadeia da Solidariedade” (1995), os telefones não paravam de tocar, todos queriam prestar suas últimas homenagens à Mariz e, como o livro ressalta, “a Paraíba e o Brasil queriam chorar conosco a morte de Mariz” (A UNIÃO, 1996, p. 7).

Como todos esses acontecimentos e homenagens ficaram registrados, os amigos jornalistas e políticos tiveram a ideia de escrever um livro fazendo um apanhado de todos os depoimentos e tributos no último adeus ao governador Antônio Mariz. Nessas narrativas se descreve o passo-a-passo do velório, o cortejo e o sepultamento do governador: “O velório no Palácio da Redenção e o sepultamento no Cemitério Senhor da Boa Sentença, foram marcantes, pela simplicidade e pela presença popular. Definitivamente Mariz é uma lenda” (A UNIÃO, 1993, p. 7).

Nessa declaração do radialista Petronio Souto, observamos a legitimação do homem popular e a simplicidade que o mesmo tinha, repassando a ideia do quanto era aceito e querido pelo povo paraibano. O radialista reafirmou essa ideia no decorrer do seu depoimento quando diz:

Mariz é para o povo da Paraíba o que o Rei Dom Sebastião é para o povo de Portugal. Dom Sebastião era um rei jovem, culto, justo, corajoso, trabalhador, querido pelo povo. Foi combater os Mouros com as Cruzadas. Morreu e seu corpo jamais foi encontrado. Até hoje os portugueses esperam a volta dele. Mariz é o nosso Sebastião. Morto aguardaremos a sua volta. Eternamente (A UNIÃO, 1995, p. 8).

Ao falar de Mariz morto, o radialista Souto contribui significativamente para a construção de sua figura política como um mito que se foi e que deixa uma lacuna na sociedade paraibana. A referência feita à Mariz como a de um “cavaleiro português” dá ao leitor a conotação de que a sua ausência tem significância de perda irreparável, não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista moral. Revelando uma imagem positiva de Mariz, que não era dada desde sempre, mas construída no percurso de sua trajetória política e no momento de seu desaparecimento (morte).

Depois de sua morte, o mito Antônio Mariz ganhou maiores dimensões. Essa dimensão que ganham os mitos políticos é analisada pelo escritor Raoul Girardet (1987, p. 82): “Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância”.

Sendo assim, o mito Antônio Mariz, desde sua morte até os dias de hoje, vem ganhando força na memória social, despertando interesses de muitos estudiosos para escreverem a sua história, privilegiando e cristalizando o seu papel dentro da história política nacional e regional.

3.3. Como nasceu o mito Antônio Mariz?

O que se pode perceber dentro da tradicional história política, especialmente no Brasil, é a existência de homens considerados fortes, desbravadores e heróis. Temos como exemplo desse modelo de historiografia, como mártir na história política do Brasil, o presidente Getúlio Vargas que, no decorrer do seu mandato, foi “herói e bandido”, sendo cristalizado como pai dos pobres. Na Paraíba, o próprio João Pessoa entrou para a história como mártir e herói. Como diz o escritor José Luciano de Queiroz Aires (2013, p. 41-42), “Para João Pessoa vivo, criou-se a imagem de um estadista; morto, virou herói, a ponto de o historiador Wellington Aguiar compará-lo ao Hércules da mitologia grega”.

Na cidade de Sousa esse herói mitificado, sem sombra de dúvida, foi o ex-prefeito Antônio Mariz, que derrubou o poder existente na época e implantou uma nova forma de governo e, assim como João Pessoa, “morreu jovem, coberto de glória, cumprindo a profecia anunciada ao nascer” (AIRES, 2013, p. 41).

Em seus discursos, Mariz usava frases de cunho forte para emocionar e fortalecer nas pessoas os seus ideais políticos. Tudo o que foi dito e explicado sobre Antônio Mariz é fruto dos discursos realizados por uma coletividade que exaltava os seus feitos. Essa memória coletiva, ou melhor, dizendo, essa memória social, contribuiu e contribui para a construção imagética de Mariz enquanto agente público e promotor de ações voltadas para o bem-estar social do povo sousense e paraibano. Assim como Getúlio Vargas está para o brasileiro como melhor presidente, Mariz está para Paraíba e

para a memória sousense como exemplo de homem público e de postura correta, evidenciando que o discurso e as ideologias propaladas são retratos dessa construção mitificada.

Em um dos trechos do livro “Antônio Mariz - A trajetória de um idealista” da autora Fátima Araújo (1996), nas homenagens feitas depois de sua morte, há um discurso do Jornalista Nelson Coelho que diz:

Justo, honrado e digno: a face franzida da sociedade espelha uma dor. As lágrimas derramadas pela população refletem um sentimento de saudades... Alguém vai embora, deixando um rastro de admiração ligando um exemplo de probidade e projetando, pela senda da história, um cidadão que soube exercitar o bem abominar o mal. Vale testemunho de uma geração fica a imagem de um líder (ARAÚJO, 1996, p. 75).

Depois desse, podemos entender que a imagem fabricada de Mariz foi resultado de discursos que ressaltaram as lutas enfrentadas no decorrer da vida política, que as pessoas passaram a admirar. À esta discussão, podemos incluir as análises de Michel Foucault quando ressalta a força do discurso:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 08-09).

Dialogando com Michel Foucault, o sujeito só apresenta em seu discurso o que realmente lhe interessa, o mesmo seleciona e organiza a construção de um discurso. Portanto, para elaborar essa imagem que foi construída de Mariz, seus admiradores realizaram a seleção dos melhores acontecimentos. Esse discurso soberano foi de suma importância para a construção dessa memória coletiva ou social do “herói”.

Antônio Mariz surgiu na cidade de Sousa em um momento que as pessoas eram governadas pelos empresários da época, pelos donos das usinas de algodão, a população se via sem opção de um novo governo. O que Mariz propunha em seu discurso era uma mudança de valores, rompendo com as velhas práticas e assim criando uma nova política. O que as pessoas viam diante da figura do líder político era a solução para os problemas sociais da cidade. Os discursos de Antônio Mariz correspondiam aos anseios

da população. Como Antônio Mariz entrou muito jovem na política, essa juventude se tornou um símbolo de esperança para os sousenses.

Depois que venceu as eleições de 1963, pelo PTB, Mariz colocou em prática os seus planos de ação. Na época de prefeito, usou alguns mecanismos que o fizeram se tornar pioneiro na política local, com a “valorização do trabalho”, as “prestações de contas”, a “construção de escolas” e a “força do seu discurso”, enfatizando a valorização do trabalhador e o investimento na educação.

Antônio Mariz soube usar muito bem outros recursos que ajudaram na fabricação de sua figura política. Um desses recursos foi a própria mídia, sendo o primeiro político de Sousa a fazer prestação de contas na emissora de rádio, usando essa ferramenta para se promover. Como diz René Rémond (2003, p. 441),

Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas.

Como se observa até hoje, a mídia é uma importante arma que pode ajudar ou prejudicar uma pessoa. Quanto à imagem de Antônio Mariz, foi sempre elevada pelos amigos e familiares, ressaltando sempre sua descendência familiar justa, ordeira e religiosa. Mariz exerceu uma carreira profissional tida como exemplar e fiel aos seus princípios, conseguindo incorporar esses recursos nos seus discursos e dando uma forma sólida a sua carreira política.

René Remond (2003) afirma que o político se destaca dentro do governo, por exemplo, em tempos de guerra, de abastecimento dos exércitos, da divisão da escassez, pois cabem ao poder público. Dentro do contexto social e político de Sousa, analisando as propostas do governo de Antônio Mariz e o que realmente colocou em prática, destacam-se atos e benefícios para a população não realizados por governos anteriores.

Essa preocupação pelo lado social e trabalhista que Mariz destacou levou a população carente a admirá-lo, a tê-lo como salvador dos oprimidos. Surge-nos a pergunta: Mariz soube traçar uma boa estratégia política quando se aproximou da cidade de Sousa? Sim, sem dúvida, pois Mariz demonstrava querer estar presente em todos os momentos da vida da população.

O que realmente aconteceu nas disputas políticas entre as alianças políticas da cidade de Sousa na década de 1960 pode ser interpretado como uniões feitas por grupos que não tinham afinidades. Isso quer dizer que os vários grupos representados pelos seus líderes políticos faziam intrigas entre si de modo que cada grupo elevasse o seu próprio representante para poder disputar e excluir o outro candidato. Contudo, surge-nos outra pergunta: como o grupo de Mariz conseguiu utilizar desse ressentimento da população sousense para suscitar diferentes emoções e conseguir o apoio dos cidadãos? Mariz, assegurado desse discurso e desse sentimento, conseguiu o apoio da população que se sentia dominada pela velha ordem.

Dessa forma, o que nos cabe analisar, e até então não foi dito em nenhum outro trabalho de pesquisa sobre a política de Sousa no período em que Antônio Mariz fez parte, é exatamente essas estratégias que a figura de Mariz usou para conquistar as pessoas, como essa imagem é apresentada, ou seja, reconstruir essa história que o transformou num símbolo de herói e mito para a posteridade. Usando esses mecanismos em plena década de 1960, não há dúvida que Mariz se destacou, pois eram atos não vistos antes pela população, feitos que marcaram a vida política e a construção dessa imagem social da população sousense.

Ainda na homenagem feita a Antônio Mariz depois de morto, Nelson Coelho usa palavras de Getúlio Vargas quando diz:

E ele (**Antônio Mariz**) depois de governador, se vai. Sai da vida para entrar na história. Os grandes o recebem como um deles, percebem o valor do seu trabalho, adotam o seu exemplo e o elegem companheiro na tradição e na história, dividindo as honras no altar dos ídolos da terra de André Vidal de Negreiros (ARAÚJO, 1996, p. 76).

Observa-se que o objetivo desses companheiros de trajetória política de Antônio Mariz era compará-lo com os grandes nomes da nação brasileira: o próprio Getúlio Vargas e André Vidal Negreiros, onde Antônio Mariz vem dividir “as honras no altar dos ídolos”, tanto quanto outros homens que morreram em prol de um objetivo e foram comparados a “heróis” de seu povo. Como aqueles que morreram defendendo os seus ideais, Mariz o foi para o povo de Sousa e da Paraíba, como demonstra a fala de Inaldo Leitão:

A solidariedade do humilde, o respeito aos direitos dos trabalhadores, a atenção aos estudantes, a sensibilidade com a saúde dos desamparados e a busca constante por justiça e igualdade sempre estiveram na agenda de Mariz. Diria que ele viveu com a preocupação centrada nesses objetivos e fez deles a razão de seu ingresso na vida pública (LISBOA, 2006, p. 14).

Portanto, depois de morrer como governador da Paraíba, Mariz se eterniza como símbolo maior do estado, como homem correto que proclamava a igualdade. Com toda comoção de amigos, políticos e familiares foram criados lugares de memória, e é nesse lugar que Antônio Mariz é lembrado.

Como discutimos no início, Antônio Mariz, no seu trabalho operacional, e a forma como foi construído diante da população, é comparado aos homens mais altos dos escalões da política do Brasil. Homens que foram consagrados na história através de discursos, carregando sozinhos os atos mais corajosos de lutas e conquistas. O escritor Raoul Girardet (1987) ao analisar os feitos de homens que entraram na história como heróis, faz a seguinte reflexão:

Toda a questão está, evidentemente, em saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário... Tornando-se a interrogação, ali sempre detectável de construção mítica, de certa parcela de manipulação voluntária. Sem chegar ao ponto de evocar as formas contemporâneas, mais sistemáticas e mais maciças, da propagação política, a própria lenda napoleônica permanece, em relação a isso, suficientemente exemplar. Os *Boletins* do Grande Exército, as encomendas da iconografia oficial, a utilização do teatro e da música, por fim o *Testamento de Santa Helena* testemunharam, sem equívoco, um desígnio organizado de fabricação. Os etnólogos nos ensinam: não existe xamamismo sem uma certa encenação, nem feiticeiro que não seja também ator (GIRARDET, 1987, p.71-72).

Essa reflexão que nos traz o autor Girardet (1987) leva-nos a verticalizar a racionalidade que é dada ao historiador em perceber que na fabricação de um personagem existem dois lados: o que é real e o que é fruto do “imaginário”. Existe o lado da “intencionalidade”, o que foi selecionado para ser dito e perpetuado da imagem do político Antônio Mariz, e o lado dos atos espontâneos, ou seja, a base concreta sobre o qual o mito é construído.

Esses feitos marcaram a vida política e a construção dessa imagem social da população sousense. Por sua vez, essa memória social que foi criada de Mariz nos leva a buscar uma análise de como isso se perpetuou através desse monumento: sua antiga casa na cidade de Sousa, herança de familiares, que depois virou a casa oficial quando prefeito da cidade e se transformou em Memorial. A casa onde Mariz morou quando prefeito de Sousa nos ajudou a entender essa memória cravada na sociedade. E uma das pessoas responsáveis por essa preservação foi a sua própria esposa, juntamente com suas duas filhas, amigos e familiares. Essas pessoas se posicionaram a favor de Mabel Dantas continuar a vida pública do marido. Assim como o esposo, Mabel vem de uma nobre família paraibana, a família Dantas. Junto com Mariz, criou um patrimônio financeiro e cultural grandioso.

Na figura de esposa, Mabel Dantas faz lembrar-se de histórias de mulheres que ajudaram na construção da trajetória política do marido, como a senhora Sarah Luisa Lemos Kubitschek de Oliveira, a esposa do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, que ao longo de sua vida ao lado de Juscelino realizou vários trabalhos de assistência social; como também a esposa do ex-presidente da República Getúlio Vargas, a senhora Darcy Sarmanho, que segundo pesquisas sempre esteve ao lado de Getúlio nos cenários políticos e participava de obras sociais.

Depois da morte do marido, Mabel Dantas ingressou na vida política seguindo os passos do cônjuge e se candidatou a vice-prefeita com Lúcio Matos, tendo todo o apoio do governo do estado José Maranhão. Entretanto, o grupo que antes era organizado por Antônio Mariz foi desativado, pois, no momento da escolha para prefeito de Sousa, o grupo marizista desejava que Mabel Dantas fosse a candidata ao cargo e não apenas vice-prefeita de Lúcio Matos, levando, portanto, ao dissabor do grupo que foi rompido. Muitos foram apoiar o candidato da oposição, João Estrela, que venceu as eleições em 1996.

O que iremos discutir neste momento é o que fazer com a memória de Antônio Mariz, os discursos, os documentos e a própria casa. Quais significados tudo isso apresenta?

Com todas essas recordações, é como se o passado estivesse sempre presente, apesar de não poder revivê-lo, recuperá-lo. A lembrança de Mariz está sempre presente no cotidiano da cidade, nas redes de comunicação social, nos discursos políticos. Com

esse sentimento de perpetuar essa reminiscência, a sua esposa Mabel, com suas duas filhas e amigos, tiveram a ideia de transformar a antiga casa onde residiram em uma fundação, com isso, foi criada em 1995 a “Fundação Antônio Mariz”, que em 2013 passou a ser o “Memorial Antônio Mariz”.

O “Memorial” não tem apenas um valor material, onde encontramos os móveis, quadros de parede com imagem de seus antecedentes, o próprio quarto como era antes, os objetos pessoais como as roupas, etc. Tem, principalmente, um valor simbólico da continuidade de um grupo familiar que fez parte da elite social e política da Paraíba. Como diz Regina Abreu (1996, p. 34), “Os objetos que compõe um museu estão investidos de uma série de significados simbólicos dos quais emanava o prestígio e o poder de uma série de pessoas”. Essas escolhas de objetos, desses significados, foram fortemente influenciadas pela própria esposa Mabel Dantas, que deu apoio à construção da imagem política do esposo.

Depois de sua morte, amigos e familiares passaram a zelar cada vez mais por sua memória e cultivar essas lembranças para que nunca fossem esquecidas. Até hoje a casa recebe o cuidado da viúva que, ao visitar a cidade de Sousa, vai ao Memorial. Os amigos também zelam a casa e contam toda trajetória política de Mariz, assim como de seus familiares, ressaltando sempre as conquistas árduas.

Apesar de o Memorial ter sido construído na residência de prefeito com a intenção de transparecer a sua vida pública, também abriu espaço para a sua vida privada, como o acesso a seu quarto, à sala de jantar e à cozinha, aos álbuns de fotografia que trazem as recordações da vida de infância e familiar e também das disputas e campanhas políticas, lembranças de sua formação acadêmica como advogado, diplomas e cadernos com anotações: o aspecto físico da casa até hoje continua o mesmo. A casa do ex-prefeito e hoje Memorial tem um significado maior que os próprios objetos, pois isso não é medido pela sua força material, mas sim pelo significado simbólico que apresenta. Tudo o que está exposto em seu memorial tem um valor único, carrega um valor histórico da família que é apreciado por todos os moradores da cidade de Sousa, legitimando essa importância do mito Antônio Mariz e o recolocando em constante evidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir este trabalho foi uma tarefa difícil em muitos aspectos. Primeiro, por se tratar da vida de uma pessoa pública, a gente acaba se apropriando dela. Sendo assim, envolve um cuidado ético e moral para o historiador ao selecionar acontecimentos e documentos que julgamos serem necessários para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo ponto foi que, apesar da vida de Antônio Mariz se tornar um objeto de estudo, me despertou certo encanto por sua trajetória de vida. Tive que separar muito bem esse sentimento do trabalho científico. O terceiro ponto é ter a certeza que este texto não tem um ponto final, ainda há muito a ser dito sobre a vida política de Antônio Marques da Silva Mariz, sobre sua memória e há muito o que ser dito sobre a história política da cidade paraibana de Sousa.

No início, fizemos o levantamento bibliográfico e percebemos que as publicações feitas sobre o político Mariz não eram suficientes para dar conta das reflexões que propomos. Sendo assim, tivemos que recorrer à memória das pessoas que trabalharam juntamente com Mariz. Buscar essas memórias foi de grande relevância, pois na fala dessas pessoas pudemos perceber o quão complexo era a vida desse político.

O que tínhamos sobre a trajetória política de Antônio Mariz era uma narração metódica linear e factual. Portanto, este trabalho vem trazendo uma perspectiva diferente, pelo fato de procurar entender como foi fabricada a história desse político que virou mito, ou seja, entender a força desse discurso cristalizado no cerne da sociedade sousense.

O que observamos é que hoje existe uma nova perspectiva para a História Política feita pela Nova História, propondo uma discussão que não mais prioriza os grandes feitos realizados por homens considerados “heróis” da nação. Outro fato importante é que as biografias têm um sentido bem mais plural do que narrar a trajetória de um sujeito ao nascer, crescer, envelhecer e morrer, mostrando que esse biografado faz parte de uma engrenagem bem mais complexa.

No segundo capítulo, analisamos os embates políticos para as eleições de 1963, as redes de poder que existiam na cidade de Sousa, os discursos políticos e como a população reagiu diante da emergente figura política de Antônio Mariz, bem como seu

trabalho operacional depois que venceu as eleições para prefeito de Sousa. Estava sendo concretizada ali as bases históricas e práticas que serviram para uma póstuma construção do mito político. Colocando-se como herói salvador das populações mais carentes, Mariz realizou uma série de iniciativas públicas que modificaram a cidade e as condições de vida locais. Essa atuação foi recuperada mais tarde, nos depoimentos de contemporâneos e nos discursos pela ocasião de sua morte, para efetivar uma mitologia política em torno daquele falecido gestor.

No terceiro capítulo, apresentamos uma análise de como foi construído o mito político através de monumentos, de discursos, da mídia e como a população absorveu todo esse propósito que pertencia aos amigos e familiares de Antônio Mariz. Em grande medida, destacamos a ação de políticos, amigos e familiares no sentido de compará-lo a outros mitos políticos, inserindo Mariz no panteão mitológico da política brasileira e, em particular, da paraibana cidade de Sousa. Por fim, chamamos a atenção para a importância do Memorial Antônio Mariz como um lugar de memória para a manutenção dessa figura política mitificada. Inclusive, esse Memorial merece uma análise mais pormenorizada, em trabalho específico sobre ele, para entendermos como Mariz está inserido na memória social da cidade. Assim, perspectivas se abrem para continuidade de nossos estudos e para aqueles que se inquietam com essa singular figura pública.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

- Memorial Antônio Mariz.
- Programa de Governo de Dr. Antônio Mariz – Candidato do Povo. Autoria: Secretário de Finanças do estado da Paraíba, Otacílio Silva Silveira. [s.d.].

Entrevistas:

- Gilmar Marques da Silva, concedida em 24/04/2012 à autora Francisca Salette de Sousa, Sousa/ PB.
- José Job Sobrinho, concedida em 15/10/2012 à autora Francisca Salette de Sousa, Sousa/PB.
- José Mariz, concedida à autora Francisca Salette de Sousa, Sousa/PB, durante as visitas ao Memorial Antônio Mariz.
- José Nunes da Costa, concedida em 28/10/2014 à autora Francisca Salette de Sousa, Sousa/PB.

Sites:

- PORTAL do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.gov.br>>.
- PORTAL JurisWay. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br>>.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930 – 1945)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória/(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ARAÚJO, Fátima. **Antônio Mariz: A trajetória de um idealista**. Paraíba: A União, 1996.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória/(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-192.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **História da Paraíba em Fascículos** – Do governo João Pessoa à Revolução de 30. [s.d.].

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEVI, Giovane. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LISBOA, Cláudia. **Perfil parlamentar: Antônio Mariz**. Brasília: Câmara dos Deputados Coordenação de Publicações, 2006.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Família e Relações de Poder na Capitania da Paraíba: o Governo de Jerônimo de Melo e Castro (1764-1797)**. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). **Saeculum - Revista de História**, v. 24, João Pessoa, [s.p.], 2011.

MATTOS, Eilzo. **Antônio Mariz**. João Pessoa: A União, 2000.

MOURA, Fernando (Org.). **O adeus a Mariz: a cadeia da Solidariedade**. João Pessoa: a União, 1995.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: história e imagem (Uma leitura dos vídeos Parahyba e Para'iwa). **Boletim de Pesquisa Unipê**, v. 01, João Pessoa, p. 89-95, 1998.

PORDEUS JUNIOR, Augusto Marques. **Antônio Mariz: o mito político na Paraíba (1990-1995)**. Monografia (Graduação) – UFCF/CFP, 2015.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, v. 15, 1997.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.